

Termo de Referência 12/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	200402-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AP	JOAO VICTOR MELO COUTINHO	10/07/2024 15:15 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços especiais de engenharia		08361.001392/2024-12

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à fiscalização na execução da obra da nova Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Equipe de Fiscalização de Obra	Mensal	Relatório	24	40.401,38	969.633,04
2	Apoio à Fiscalização para emissão de Parecer Técnico – Engenharia Elétrica	Por Demanda	Relatório	14	1.378,41	19.297,70
3	Serviços Topográficos – Verificação de locação de obra	Por Demanda	m² - Relatório	2391,08	1,17	2.802,99

4	Serviços Topográficos – Acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.)	Por Demanda	Relatório	2	2.802,99	5.605,98
5	Acompanhamento Técnico - Engenharia Elétrica	Mensal	Relatório	10	13.784,07	137.840,72
6	Controle Tecnológico de Concreto C/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão	Por Demanda	Und - Relatório	1236	140,45	173.596,64
7	Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque	Por Demanda	Und	48	269,73	12.946,84

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como especial, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 36 meses contados do(a) recebimento da Ordem de Serviço/Ordem de Início, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Será feita a inclusão extemporânea do objeto da contratação no Plano de Contratações Anual 2024.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Trata-se de serviço técnico especializado, realizado em trabalho relativo à fiscalização, assessoramento, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, no qual os produtos entregues pela CONTRATADA serão em forma de documentos e relatórios.

3.3. Alguns dos serviços de fiscalização objetos deste processo licitatório serão executados de forma permanente e cotidiana, com regime de trabalho mensalista, enquanto outros serão prestados de forma eventual, sob demanda.

3.3.1. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço que seja solicitado de forma não recorrente pela CONTRATANTE, que, no momento da demanda, extrapole ou não a qualificação exigida dos profissionais da equipe permanente de execução dos serviços contínuos;

3.3.2. O Serviço Eventual será realizado sob demanda da CONTRATANTE, solicitado pelo GESTÃO DO CONTRATO ou pela FISCALIZAÇÃO;

3.3.3. Mediante a utilização de OS – Ordem de Serviço, a CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a CONTRATADA, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de serviços eventuais;

3.3.4. Não é permitido, sob nenhuma hipótese, a realização ou cobrança de serviço eventual envolvendo os profissionais citados sem o aval prévio ou solicitação expressa da FISCALIZAÇÃO;

3.3.5. Os profissionais atuarão exclusivamente por demanda da CONTRATANTE. Qualquer atuação que não tenha sido demandada expressamente não será considerada para efeitos de pagamento.

3.3.6. De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços eventuais a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a FISCALIZAÇÃO do contrato e a CONTRATADA. Tais prazos serão registrados nas OS – Ordem de Serviço e seus descumprimentos estarão sujeitos à aplicação de penalidades.

3.4. O serviço de gerenciamento, assessoramento, supervisão e fiscalização dos serviços deve observar o cumprimento das seguintes normas e práticas complementares: códigos, leis, decretos, portarias e normas federais e distritais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos; instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CONFEA; instruções e resoluções dos órgãos do sistema CAU/BR; normas técnicas da ABNT e do Inmetro.

3.5. O acompanhamento e fiscalização da execução deverão ocorrer durante toda a obra de construção da nova sede da DPF/OPE /AP, sempre acompanhados de relatórios: diários e mensais.

3.6. Os relatórios conterão informações relevantes para que a CONTRATANTE disponha sempre do máximo de informação possível para as tomadas de decisão e deverão trazer o conteúdo mínimo abaixo, entre outros listados no Caderno de Encargos e Modelos de Relatório disponibilizados pela CONTRATANTE, anexo a este Termo de Referência:

#### 3.6.1. Diário de Obra:

Elementos identificadores da obra / data da emissão da Ordem de Serviço inicial da obra;

Condições do tempo (ex: tempo bom, se não houver chovido no dia; tempo chuvoso sem prejuízo aos trabalhos desenvolvidos; tempo chuvoso com necessidade de realocação das equipes para atividades não-impactadas pela chuva; tempo chuvoso sem condições de execução em nenhuma das frentes de trabalho abertas etc.);

Frentes de trabalho em que houve atividade no dia com a indicação nominal e respectiva função de todos os colaboradores (profissionais e ajudantes) da construtora fiscalizada que atuaram em cada frente;

Relação nominal da equipe administrativa da construtora fiscalizada, que está atuando na execução da obra de construção, contendo a função de cada colaborador administrativo;

Descrição dos nomes, potências e quantidades de equipamentos (elétricos, a gasolina, a ar comprimido etc.) empregados durante o dia de trabalho;

Serviços subcontratados, indicando o nome do fornecedor, o serviço desenvolvido e o número de empregados deste fornecedor que atuaram na obra neste dia;

Relato de fatos e/ou eventos relevantes;

Problemas identificados ou prevenidos pela CONTRATADA durante a execução da obra, com as respectivas alternativas de solução, se for o caso;

Relato de atrasos na execução dos serviços com a indicação dos motivos de atraso (situação adversa, falta de pessoal, falta de material, falta de equipamentos e ferramentas, baixa produtividade da mão de obra, incapacidade técnica ou operacional da equipe, outros fatores).

#### 3.6.2. Relatório Mensal

Elementos identificadores da obra/ período de referência/ condições do tempo (gráfico simplificado com legenda) / todas as frentes de trabalho abertas no período, indicando se foram concluídas ou não;

Apresentar o percentual de execução no período de todas as frentes de trabalho que já estavam abertas em períodos anteriores;

Indicar o percentual de execução acumulada anterior e o percentual de execução no período;

Caso tenha sido elaborado e apresentado Boletim de Medição no mês de referência pela empresa responsável pela execução da obra, realizar análise e emitir um parecer prévio sobre esse;

Histograma de mão de obra;

Imagens da evolução do serviço mensal;

Informar os resultados e análise dos ensaios e testes realizados no período;

Informar sobre a entrega do As Built;

Apresentar indicadores de desempenho e de qualidade da obra;

Apresentar cronograma e histograma físico-financeiro;

Apresentar curva "S" físico-financeiro;

Apresentar plano de recuperação semanalmente, caso as atividades apresentem atraso;

Resumo de atrasos identificados;

#### 3.6.3. Boletim de Medição Mensal: Apresentar a medição mensal de serviços executados pela Construtora.

Elementos identificadores da obra/ período de referência;

Planilha sintética de medição;

Memória de cálculo da medição aprovada; análise dos itens medidos;

Análise do andamento da obra, com o índice (tendência) de prazo da obra;

Aferição do Instrumento de Medição de Resultado;

Avaliação das ocorrências relevantes identificadas no período correspondente a medição.

#### 3.6.4. Relatório de Acidente de Trabalho: Informar e acompanhar todas as medidas que a Construtora tomar (ou omissões) caso ocorra qualquer acidente de trabalho.

Elementos identificadores da obra/ período de referência; data e hora do acidente;

Consequência e fator de morbidade;

Local do acidente, geral e específico com detalhamento; identificação do(s) acidentado(s);

Descrição do acidente;

Tipo de acidente, fonte do acidente, ato inseguro, condição insegura, natureza de lesão, local da lesão; identificação e avaliação preliminar de causas;

Providências adotadas pela empresa executora da obra na data do acidente;

Providências adotadas pela empresa executora da obra após a data do acidente até o momento da elaboração do relatório;

Cópia da comunicação de acidente de trabalho preenchida pela empresa executora da obra.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

4.1.2. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

4.1.3. No tocante aos requisitos e critérios de práticas de sustentabilidade, a CONTRATADA ficará responsável pelo acompanhamento das obrigações das empresas contratadas para a execução das obras quanto ao recolhimento e encaminhamento dos resíduos, que deverão ser tratados de forma adequada, respeitada a legislação ambiental;

4.1.4. Por se tratar de um serviço de natureza intelectual, no qual os produtos entregues pela CONTRATADA ao Conselho serão em forma de documentos e relatórios, que subsidiarão às decisões da Fiscalização, estes devem ser preferencialmente emitidos em meio digital.

4.1.5. Os serviços, objeto da pretensa licitação, deverão ser executados com observância às melhores práticas no tocante à sustentabilidade, buscando garantir que a obra vise: o ganho de eficiência energética dos equipamentos instalados; a diminuição do desperdício de materiais e insumos utilizados; acompanhamento do atendimento dos requisitos ambientais necessários para a remoção e descarte dos resíduos oriundos da modernização; e demais aspectos de sustentabilidade ambiental aplicáveis.

~~Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021).~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. (...)~~

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~a) ...~~

~~b) ...~~

~~c) ...~~

~~Da exigência de carta de solidariedade (Inciso IV do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

## Subcontratação

4.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.5.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra, que compõe um engenheiro civil sênior e um técnico de edificações.

4.5.2. A subcontratação fica limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

## Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. *Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.9. *A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.*

4.10. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.*

#### **Vistoria**

4.11. *Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 16h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (96) 3213-7643 / (96) 3213-7639.*

4.12. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*

4.13. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.13.1. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*

4.14. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.15. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: logo após a emissão da Ordem de Serviço por parte da CONTRATANTE, preferencialmente em paralelo com o início da construção da nova sede da DPF/OPE/AP, devido à natureza das etapas estar técnica e cronologicamente vinculada à execução da obra;;

5.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho está apresentada no Caderno de Encargos, anexo a este Termo de Referência;

5.3. Os projetos de construção serão fornecidos pela CONTRATANTE em arquivos DWG, PDF e em modelagem BIM;

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo e também aquelas previstas no Caderno de Encargos, anexo a este Termo de Referência.

5.4.1. Para fins de acompanhamento de alguns serviços objetos desse processo licitatório, serão utilizados relatórios como marcos.

5.4.1.1. Relatórios programados vinculados a postos de trabalho com regime de trabalho mensalista.

a) Trata-se de relatórios a serem elaborados por postos de trabalho de serviço contínuo e permanente, sob regime de trabalho mensalista;

b) Relatórios referentes aos produtos Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra do Quadro do item 1.1 deste Termo de Referência;

c) Estes relatórios serão emitidos mensalmente, em até 05 (cinco) dias após a prestação dos serviços do mês de referência.

#### 5.4.1.2. Relatórios sob demanda

a) Relatórios que serão demandados de forma eventual, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE;

b) *Esses relatórios podem abarcar quaisquer dos serviços elencados nos produtos Acompanhamento Técnico - Engenharia Elétrica; Apoio à Fiscalização para emissão de Parecer Técnico – Engenharia Elétrica; Serviços Topográficos – Verificação de locação de obra; Serviços Topográficos – Acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.); Controle Tecnológico de Concreto C/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão; e Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova DPF/OPE/AP do Quadro do item 1.1 deste Termo de Referência;*

5.4.1.3. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento é com base na ENTREGA DOS PRODUTOS (relatórios). As horas de trabalho são somente utilizadas na composição do preço, porque os profissionais deverão seguir a rotina de trabalho da construtora responsável pela execução da nova sede da DPF/OPE/AP.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.5. Os serviços serão prestados no seguinte endereço **Avenida Barão do Rio Branco, nº 500, CEP 68.980-000, em Oiapoque-AP.**

5.6. Os serviços objeto desta contratação serão executados, preferencialmente, em dias úteis, entre as 7h e às 17h, podendo ser adotada metodologia diversa, a depender da execução da obra a ser fiscalizada, desde que haja obediência às normas;

5.7. A equipe de profissionais deverá ficar alocada em sala disponibilizada no canteiro de obras da nova sede da DPF/OPE/AP.

#### Materiais a serem disponibilizados

5.8. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. A demanda do órgão tem como base o disposto na Planilha Orçamentária e no Caderno de Encargos, em anexo, assim como no Quadro no item 1.1 deste Termo de Referência, e tem as seguintes características:

5.9.1. *Conforme demonstrado nesses documentos, alguns postos de trabalho serão atendidos por profissionais que deverão atuar sob o regime de trabalho mensalista e outros, sob demanda;*

5.9.2. *Para os salários bases e para a prestação de serviços sob demanda, foram utilizadas as bases SINAPI e SEINFRA;*

5.9.3. *Para fins de dimensionamento de alguns serviços objetos desse processo licitatório, serão utilizados relatórios como marcos;*

5.9.4. *A licitante deverá considerar o fornecimento de EPIs (capacete, bota, protetor auricular, óculos de proteção e luvas para serviços elétricos) e de equipamentos necessários para a execução dos serviços descritos no Caderno de Encargos e neste Termo de Referência;*

5.9.5. *Será exigido o fornecimento de uniformes, devendo os funcionários serem devidamente identificados, cujo modelo deverá ser apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE;*

5.9.6. *No valor mensal estão inclusos todos os encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, conforme cada serviço;*

5.9.7. *Os pagamentos de salários, encargos sociais, insumos e demais componentes de custos deverão estar em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria. O salário base a ser pago pela licitante vencedora não poderá ser inferior ao proposto de cada categoria profissional, estipulado em Lei, Resolução, Acordo, Convenção Coletiva, Dissídio Coletivo ou, na falta destes, de outro instrumento congênere legal.*

5.10. Os serviços com frequência mensal (regime de trabalho mensalista) dispostos no Quadro inserido no item 1.1 deste Termo de Referência preveem postos de trabalho para realização dos serviços de fiscalização.

5.10.1. *Para a Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra, estima-se a necessidade de 02 (dois) postos de trabalho, sendo 01 (um) Engenheiro Civil Sênior e 01 (um) Técnico em Edificações.*

5.10.1.1. *Os profissionais atuarão de forma permanente e contínua, com regime de trabalho mensalista, 08 horas por dia, durante toda a execução da obra de construção da nova sede da DPF/OPE/AP.*

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra	Relatório/Mês	1,000
1.1	Engenheiro civil sênior com encargos complementares	-	
1.2	Técnico em edificações com encargos complementares	-	

5.11. Os Serviços Eventuais somente serão realizados mediante a emissão de OS, na qual constará, entre outras informações, a descrição do serviço.

5.11.1. Os Serviços Eventuais que, a critério da CONTRATANTE, necessitem da atuação dos profissionais, engenheiro eletricista (Item 02), e topógrafos (Itens 03 e 04) somente serão realizados mediante emissão de OS, sendo o pagamento de acordo com a entrega do Relatório.

5.11.2. Para o dimensionamento do Item 02 (Apoio à Fiscalização para emissão de parecer técnico – Engenharia Elétrica), estimou-se, diante da necessidade, a prestação de serviço eventual durante até 8 horas, por profissional, para a elaboração de relatório conclusivo.

5.11.2.1. Vale ressaltar que essa solicitação pode ser efetuada até o 14º mês, uma vez que a partir do 15º mês, o Engenheiro eletricista poderá ser incorporado à equipe de fiscalização por meio do Item 05.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
2	Apoio à Fiscalização para emissão de parecer técnico – Engenharia Elétrica	Relatório/Mês	1,000
2.1	Engenheiro Eletricista com encargos complementares	H	8,000

5.11.3. Para o Item Acompanhamento Técnico – Engenharia Elétrica, estima-se a necessidade de 01 (um) posto de trabalho, sendo 01 (um) Engenheiro eletricista.

5.11.3.1. Os profissionais atuarão de forma permanente e contínua, ficando disponível diariamente por meio período, durante o mês de referência, quando for solicitado pela Contratante.

5.11.3.2. Prevê-se a atuação do Engenheiro Eletricista a partir do 15º mês de obra.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
5	Acompanhamento Técnico – Engenharia Elétrica	Relatório/Mês	1,000



5.1	Engenheiro Eletricista com encargos complementares	H	80,000
-----	--	---	--------

5.11.4. O dimensionamento do Item 03 (Serviços Topográficos - Verificação de locação da obra) foi feito estimando o tempo necessário para o Topógrafo realizar a fiscalização da locação de 2391,08 m².

5.11.4.1. Estima-se a necessidade de 80 horas para a realização do serviço e elaboração do(s) relatório(s) mensal (is);

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
3	Serviços topográficos -Verificação de locação da obra	Relatório/Mês	1,000
3.1	Topógrafo com encargos complementares	H	80,000

5.11.5. Para o dimensionamento do Item 04, estima-se a necessidade de um posto de trabalho, de Topógrafo, para a elaboração de relatórios mensais referente ao acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubagem, notas de serviço etc.).

5.11.5.1. Estima-se que o profissional designado pela CONTRATADA atuará diariamente por meio período para a realização das atividades designadas durante os 2 (dois) primeiros meses da obra.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
4	Serviços topográficos – Acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubagem, notas de serviço etc.)	Relatório/Mês	1,000
4.1	Topógrafo com encargos complementares	H	80,000

5.11.6. Para o dimensionamento do Item 06 (Controle Tecnológico de Concreto c/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão), considerou-se a quantidade de concretagem estimada nos projetos executivos necessária para a construção da nova sede da DPF/OPE/AP e as normas técnicas em vigor.

5.11.6.1. Estima-se que seja necessário o rompimento de 1236 corpos de prova durante a construção.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
6	Controle Tecnológico de Concreto c/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão	Relatório/Mês	1,000
6.1	Trabalho profissional	UT	2,3667
6.2	Resistência à compressão	UN	1,000

5.11.7. Para o dimensionamento do Item 07 (Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP) estimou-se uma quantidade de aproximadamente 2 deslocamentos mensais.

**Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.12. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. *Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];*

5.8.1. *Transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas pela CONTRATADA, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

5.8.2. *Entrega de relatório final de assessoramento e subsídio à fiscalização pela CONTRATADA, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório;*

**6. Modelo de gestão do contrato****6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

**Preposto**

6.6. *A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.*

~~6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.....~~

6.8. *A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.*

**Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.9.1. O acompanhamento da execução dos serviços será realizado presencialmente e também por meio de correspondência eletrônica e telefônica, referentes a coordenação e condução dos trabalhos, bem como possíveis definições sobre impasses da execução dos serviços. Destaca-se que poderão ser convocadas reuniões para atender a demandas administrativas, de projeto ou de cumprimento de prazo.

6.9.2. Em todas as reuniões, a fiscalização da CONTRATADA irá expedir, ao seu final, para todos os envolvidos, ata relatando os assuntos tratados e as decisões tomadas, a ser lida, acordada e assinada pelos presentes.

6.9.3. A condução do desenvolvimento dos serviços deverá ser supervisionada pelo Engenheiro indicado como Coordenador dos serviços da CONTRATADA, de modo a promover e facilitar as consultas e o fluxo de informações entre a equipe de apoio e solucionar as interferências entre os elementos dos diversos serviços que serão realizados durante a obra de construção da nova DPF/OPE/AP.

6.9.4. Para a medição dos serviços, deve a CONTRATADA comunicar, por via eletrônica (correio eletrônico), a conclusão da etapa com os respectivos itens para que sejam realizadas a reunião preliminar, se necessária, a análise e a entrega. A data da

comunicação deve observar os prazos determinados no Cronograma de execução, para evitar atrasos e aplicação de sanções, quando couber.

6.9.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.6. É obrigação da CONTRATADA corrigir todas as falhas na execução dos serviços independentemente de comunicação e /ou ajuste no pagamento.

6.9.7. Caso sejam detectadas irregularidades pelo Fiscal do Contrato ou pela Administração, será dado ciência imediatamente ao Preposto da CONTRATADA por meio de comunicação via e-mail, para que sejam sanadas.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#))

#### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.19. Caso a Fiscalização Administrativa do Contrato encontre incongruências com os serviços apontados e/ou com os previstos no Cronograma de Execução dos Serviços, serão relacionadas e comunicadas à CONTRATADA, que terá cinco dias úteis para saná-las ou justificá-las, sob pena de incorrer penalidades contratuais.

#### **Gestor do Contrato**

6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VI - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (34562131).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. *O recebimento formal dos relatórios, planilhas de boletim de medição e com memória de cálculo das medições, previstos no resumo de orçamento proposto pela DEA, emitidos pela CONTRATADA;*

7.3.2. *A conferência e a aprovação pela fiscalização dos documentos apresentados pela CONTRATADA;*

7.4. *A liberação dos pagamentos relativos a presente CONTRATADA está rigorosamente atrelada ao cumprimento do cronograma da Obra de Construção da nova sede da DPF/OPE/AP.*

7.5. *Caso ocorra a paralisação total da obra, poderá haver diminuição ou supressão da remuneração da CONTRATADA. Caso a referida obra seja paralisada, por qualquer motivo, não sendo executado seu cronograma, não haverá etapas do cronograma físico-financeiro a serem cumpridas. Dessa forma, as liberações dos pagamentos no presente contrato poderão ser suspensas, para que os dois contratos sejam executados simultaneamente. Assim, não faltará recurso para cobrir o presente contrato e nem haverá pagamento do fiscal sem executar seu trabalho de fiscalização.*

#### Do recebimento

7.6. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de 10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.7.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.13. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.14. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.15.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018](#)).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo \(IPCA\)](#) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **~~Antecipação de pagamento~~**

~~7.30. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.31. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.32. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.32.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.32.2. (...)~~

~~7.33. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.33.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.~~

~~7.33.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.34. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.35. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU futura OU documento idôneo).~~



~~7.36. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.37. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.37.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~7.37.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de ...%.~~

~~7.38. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

### Cessão de crédito

7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.39.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO.

8.2. *A modalidade foi escolhida conforme explicitado em tópico respectivo no Estudo Técnico Preliminar, anexado a este Termo de Referência.*

8.2.1. *A empresa vencedora deste certame não poderá ser a responsável pela construção da nova sede da DPF/OPE/AP.*

#### Regime de execução

8.3. O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 46 da Lei nº 14.133, de 2021, de forma que é possível a definição de quantidades mensuráveis por meio de unidades de medida, cujo valor total do contrato será resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.



8.4. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, valendo-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### Critérios de julgamento das propostas

8.5. A seleção terá como base a apresentação de proposta técnica e proposta de preço, as quais receberão notas técnica (NTc) e de preço (NPr), respectivamente. A Nota Final (NF) da licitante será a média ponderada dos dois valores anteriormente referidos, sendo que a Nota Técnica (NTc) terá peso de 70% (setenta por cento) e a Nota de Preço (NPr) peso de 30% (trinta por cento).

#### 8.6. PROPOSTA TÉCNICA

Será atribuída a cada proposta uma “Nota Técnica” (NTc), limitada a 100 (cem) pontos, a qual será obtida por meio da fórmula abaixo com base nos seguintes critérios: Experiência Específica da Empresa e Equipe Técnica.

$$NTc = NTc1 + NTc2$$

A composição da Nota Técnica e a distribuição de notas de seus itens constituintes é apresentada no quadro abaixo.

Item	Conteúdo	Nota Máxima
NTc1	Experiência Específica da Empresa	40
NTc2	Equipe Técnica	60
TOTAL		100

A nota técnica final (NTf) é limitada a 100 (cem) pontos e será obtida por meio de fórmula descrita no Anexo XV - Critérios de Julgamento das Propostas (35600870).

#### 8.7. PROPOSTA DE PREÇO

As propostas de preços serão avaliadas pelo seu preço global, conforme critério exposto a seguir

A Nota de Preço (NPr) será calculada da seguinte forma:

- À proposta válida com menor preço será atribuída a Nota de Preço (NPr) máxima de 100 (cem);
- Para as demais propostas será utilizada a seguinte fórmula:

$$NPr = (mPr / PR) \times 100$$

Onde:

- NPr = Nota de Preço
- mPr = Proposta com Menor Preço entre as Propostas Válidas
- PR = Preço da Proposta em Análise

8.8. Ao fim do cômputo da pontuação, as propostas serão classificadas em ordem decrescente de Nota Final (NF). O detalhamento do critério de julgamento, com as respectivas notas e da forma de seleção encontra-se pormenorizado no Anexo XV - Critérios de Julgamento das Propostas deste Termo de Referência.

8.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á pelos critérios estabelecidos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

#### Critérios de aceitabilidade de preços

8.10. *Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.*

8.10.1. *O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);*

8.11. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:*  
(...)

8.11.1. *valor global: conforme valor estimado da licitação*

8.11.2. *custos unitários relevantes: conforme Planilha de Custos elaborada pela CONTRATANTE, anexa a este documento.*

#### Exigências de habilitação

8.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

~~8.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;~~

~~8.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;~~

~~8.15. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;~~

8.16. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.21. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de engenharia, expedido por Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) nos termos ~~do art. ....~~ da (Lei/Decreto) nº Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

~~8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.~~

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.32. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.33. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.34. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.36. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.37. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo de 10% \(dez por cento\) do valor total estimado da contratação](#).

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.40. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

#### **Qualificação Técnica**

8.41. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.41.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação*

8.42. Registro ou inscrição da empresa contratada no [CREA \(Conselho Regional de Engenharia e Agronomia\)](#) e/ou no [CAU \(Conselho de Arquitetura e Urbanismo\)](#), em plena validade

8.43. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.44. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas, em plena validade, no qual conste a habilitação para desempenho de atividades compatíveis com objeto desta licitação e a relação dos seus responsáveis técnicos.

8.45. Comprovação, por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço compatível em quantidades, prazos e características similares em número de postos equivalentes ao do presente certame:

8.45.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.45.1.1. Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção civil de edificação de múltiplos pavimentos com área construída mínima de 1300 m<sup>2</sup>;

8.45.1.2. Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos.

8.45.2. Os percentuais exigidos nos itens anteriores, serviços de maior relevância técnica, estão amparados nos acórdãos nº 170/2007, nº 2.383/2007 e nº 2.462/2007;

8.45.3. Os serviços deverão ser similares ou equivalentes para serem aceitos nos atestados de comprovações.

8.45.4. As áreas mínimas exigidas foram extraídas do projeto executivo aprovado para a construção da nova sede da DPF /OPE/AP.

8.45.5. Só serão aceitos atestados acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT's expedidas pelo CREA da região onde os serviços foram executados em nome do profissional responsável técnico pelo serviço.

8.45.6. Não será admitido somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional exigida.

8.45.6.1. A exigência do item anterior justifica-se pelo fato de que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacite a empresa automaticamente para a execução de objetos maiores, a exemplo desta licitação cujo objeto é a execução de uma edificação com grandes dimensões, além de outras com dimensões menores;

8.45.6.2. Não será admitido o cômputo como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional, haja vista a necessidade de se avaliar a infraestrutura empresarial e a gestão da CONTRATADA para executar uma obra complexa e de grande vulto. Além disso, avalia-se a aptidão da empresa para incorporar mais uma obra ao seu leque de compromissos já assumidos;

8.45.6.3. Embora a vedação ao somatório possa restringir a participação de empresas, a medida se configura como estritamente necessária pelos motivos retromencionados, com vistas a assegurar a perfeita conclusão da obra e a reduzir os riscos da Administração pública;

8.45.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.45.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.45.9. A fim de comprovar os requisitos exigidos anteriormente, a licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o(s) respectivo(s) atestado(s) (declaração), Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Projetos, Planilhas Orçamentárias, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes, os quais também poderão ser requeridos por meio de diligência.

8.45.10. A LICITANTE, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, projetos e planilhas orçamentárias que deram suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, documentos da obra, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

8.46. Será exigida a apresentação de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA, em nome do(s) profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s), em nome dos membros integrantes da equipe técnica, que comprove a responsabilidade técnica e a experiência na execução de serviços, com características compatíveis ao objeto desta licitação, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

8.46.1. *Para o Engenheiro Civil: Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de obra de construção de edificações de múltiplos pavimentos, com área mínima de 1300 m² ;*

8.46.2. *Para o Engenheiro Eletricista: Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos, com área mínima de 1300 m².*

8.46.3. *Para o Topógrafo: Fiscalização de serviços topográficos de verificação de locação da obra e acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.).*

8.47. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.48. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, ressalvadas as hipóteses nas quais é permitida subcontratação, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

8.48.1. o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

8.48.2. o administrador ou o diretor;

8.48.3. o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e

8.48.4. o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.48.5. Caso a empresa licitante não tenha os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica em seu quadro permanente na data prevista para entrega da proposta, admite-se que o vínculo seja comprovado mediante declaração de disponibilidade/contratação futura do profissional, conforme Acórdão n. 2607/2011-Plenário.

8.49. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento dos serviços elencados no tópico 4.5, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no respectivo tópico.

~~8.50. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~8.50.1. ....~~

8.51. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.51.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.52. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.53. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

~~8.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:~~

~~8.42.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;~~

~~8.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;~~

~~8.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;~~

~~8.42.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);~~

~~8.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e~~

~~8.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e~~

~~8.42.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.~~

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.321.723,91

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.321.723,91 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e um centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo V - Planilhas Orçamentárias (34562129)

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## 11. Obrigações da Contratante

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço de acordo com as condições avençadas e conforme cronograma físico-financeiro;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017

Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

Fornecer por escrito as informações e documentação técnica necessárias para a execução dos serviços objeto do contrato;

Proporcionar condições e assegurar um ambiente de trabalho adequado para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, Edital e Anexos e especialmente deste Termo de Referência.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

## 12. Obrigações da Contratada

Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando aplicável.

Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;



Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e nº 12.378/2010).

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, referentes ao objeto do contrato.

Prestar assessoramento técnico durante a execução do projeto entregue, isto é, da obra, especialmente em relação a cada termo aditivo de supressão ou acréscimo contratual, por questões relacionadas a erro de projeto.

Participar das reuniões marcadas pela Fiscalização, com equipe completa de responsáveis técnicos ou substituto previamente autorizado pela fiscalização.

Manter presente em obra durante o horário de expediente previamente acertado com a CONTRATANTE os responsáveis técnicos necessários ao bom andamento da execução do objeto deste Termo de Referência.

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOAO VICTOR MELO COUTINHO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 09/07/2024 às 14:39:20.*

**SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 10/07/2024 às 15:15:31.*

**VITOR MORAES SOARES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 09/07/2024 às 16:00:03.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Termo de Justificativas Tecnicas Relevantes (34605725).pdf (596.12 KB)
- Anexo II - Anexo II - Caderno de Encargos e Especificacoes Tecnicas (34562126).pdf (327.0 KB)
- Anexo III - Anexo III - Modelo de Relatorio (34562127).pdf (929.69 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Modelos de Declaracoes (34562128).pdf (242.48 KB)
- Anexo V - Anexo V - Planilhas Orcamentarias (34562129).zip (86.6 KB)
- Anexo VI - Anexo VI - Instrumento de Medicao de Resultado (IMR) (34562131).pdf (190.08 KB)
- Anexo VII - Anexo VII - Cronograma Fisico-Financeiro (34562134).pdf (481.15 KB)
- Anexo VIII - Anexo VIII - Curva ABC de Insumos (34562135).pdf (187.53 KB)
- Anexo IX - Anexo IX - Curva ABC de Servicos (34562136).pdf (191.36 KB)
- Anexo X - Anexo X - Planilha de Composicoes do BDI (34562137).pdf (535.04 KB)
- Anexo XI - Anexo XI - Criterios de Sustentab. Ambiental e Declaracao (34562138).pdf (72.44 KB)
- Anexo XII - Anexo XII - Declaracao de Utilizacao de Modelos da AGU (34562141).pdf (37.99 KB)
- Anexo XIII - Anexo XIII - Planilha Orcamentaria Resumida (34562144).pdf (460.35 KB)
- Anexo XIV - Anexo XV - Criterios de Julgamento das Propostas (35600870).pdf (166.2 KB)
- Anexo XV - Anexo XVI - Encargos Sociais (35636836).pdf (157.67 KB)
- Anexo XVI - Anexo - Termo de Secao-Entrega do terreno (35602208).pdf (1.35 MB)
- Anexo XVII - Anexo - Identificacao do imovel SPU (35849185).pdf (141.14 KB)
- Anexo XVIII - Anexo XIV - ART (34605730).pdf (228.71 KB)

**Anexo I - Anexo I - Termo de Justificativas Técnicas  
Relevantes (34605725).pdf**

# TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

## OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. [08361.001392/2024-12](#)

**OBJETO:** [Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para o assessoramento e subsídio à fiscalização da obra de construção da Nova Sede da Delegacia de Polícia Federal de Oiapoque \(DPF/OPE/AP\)](#)

**OBSERVAÇÃO 1:** Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

**OBSERVAÇÃO 2:** Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

**OBSERVAÇÃO 3:** Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

**OBSERVAÇÃO 4:** A **ausência** deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

**OBSERVAÇÃO 5:** Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

**OBSERVAÇÃO 6:** Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

# SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES .....	1
SUMÁRIO .....	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS .....	5
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO .....	5
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	5
1.2. Classificação como serviço comum ou especial .....	5
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	5
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	7
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA .....	8
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS .....	9
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS .....	10
7. CUSTOS DIRETOS .....	10
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	11
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	12
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI .....	12
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	13
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO .....	14
13. PROJETO EXECUTIVO .....	15
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	15
15. VISTORIA .....	18
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	18
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO .....	19
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	19
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS .....	20

20.	GARANTIA DA EXECUÇÃO .....	20
21.	DA SUSTENTABILIDADE .....	21
<b>NOTAS EXPLICATIVAS .....</b>		<b>22</b>
1.	ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	22
1.1.	Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	22
1.2.	Classificação como serviço comum ou especial .....	24
2.	REGIMES DE EXECUÇÃO.....	25
2.1.	Empreitada por Preço Unitário .....	25
2.2.	Empreitada por Preço Global .....	25
2.3.	Empreitada Integral .....	26
2.4.	Contratação Por Tarefa .....	27
2.5.	Contratação Integrada .....	27
2.6.	Contratação Semi-Integrada .....	29
2.7.	Fornecimento e prestação de serviço associado .....	29
2.8.	Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes.....	30
3.	ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	32
4.	DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA .....	33
5.	ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS .....	34
6.	ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS .....	35
7.	CUSTOS DIRETOS .....	36
8.	ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	37
9.	ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	38
10.	DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI. ....	40
11.	BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	41
12.	ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO .....	42
13.	PROJETO EXECUTIVO .....	43
14.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	44
15.	VISTORIA .....	48
16.	SUBCONTRATAÇÃO.....	49
17.	DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO .....	51
18.	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	51
19.	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS .....	52
20.	GARANTIA DA EXECUÇÃO .....	54
21.	DA SUSTENTABILIDADE .....	55
21.1.	Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade .....	55

21.2.	Da Especificação Técnica .....	57
21.3.	Da Minimização do Impacto .....	57
21.4.	Licenciamento Ambiental .....	58
21.5.	Dos Resíduos e Rejeitos .....	58
21.6.	Da Sustentabilidade como Política Transversal.....	58
21.7.	Da Política Nacional de Resíduos Sólidos .....	59
21.8.	Da Acessibilidade .....	59



# DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (    ) OBRA / ( X ) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

O objeto da presente licitação constitui atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter utilidade, intelectual e material, de interesse para a Administração e que, não está enquadrado no conceito de obra. As atividades em questão são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (    ) COMUM / ( X ) ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

Por se tratar de um serviço com alta heterogeneidade e complexidade, predominante intelectual e técnico especializado, não pode se enquadrar na definição de serviço comum, sendo o caso, portanto, de serviço especial.

[Vide Nota Explicativa n. 1.](#)

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

(    ) empreitada por preço unitário

( X ) empreitada por preço global

- ( ) empreitada integral
- ( ) contratação por tarefa
- ( ) contratação integrada
- ( ) contratação semi-integrada
- ( ) fornecimento e prestação de serviço associado

O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021.

A modalidade foi escolhida em razão do objeto da presente licitação se enquadrada no conceito descrito no art. 6º, XVIII, “d” da Lei 14.133, de 2021, combinado com o parágrafo único do art. 29 da mesma Lei:

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a: (...)

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às **contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. (Grifo nosso).

O parágrafo 2º combinado com os incisos I e II, do art. 37, da nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021) estabelece que “Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por: I - melhor técnica; ou II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”

Logo, a contratação do referido serviço, via de regra, deve ser pelo critério da melhor técnica ou por técnica e preço. Tal diretriz baseia-se no fato de que nesse serviço a qualidade do produto é muito mais relevante do que o preço propriamente dito. Portanto, estipular requisitos além dos mínimos aceitáveis faz-se necessário. Apesar da escolha do serviço de melhor qualidade para alguns serviços, não pode ser preterido o critério preço. Para tanto deve-se buscar conjugar os dois critérios visando à contratação mais vantajosa à administração pública, sem deixar de avaliar a proposta técnica em consonância com a proposta de preços.

O tipo técnica e preço, cujo critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, tem por base a maior média ponderada, considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e técnica.

No processo em questão optou-se pela seleção com base no critério “preço e técnica”, com vistas a escolher a empresa que apresente a melhor qualificação técnica, além da mínima estabelecida nas

qualificações técnico-operacional e técnico-profissional, sem deixar de avaliar o menor preço, conforme critérios de pontuação instituídos neste documento.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ( ☒ ) DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Considerando que a previsão de execução da obra da nova DPF/OPE/AP é de 24 meses, considera-se um período de 2 (quatro) meses (8,33% do tempo total) de adiantamento ou atraso da obra. Como os pagamentos estão condicionados às entregas dos relatórios e estes têm periodicidade mensal, a subestimativa e a superestimativa seriam de 2 (relatórios) produzidos pela Coordenação Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra. Tendo em vista que o valor unitário, por relatório entregue por esta equipe (um relatório/mês) é de R\$ 40.401,38 (quarenta mil, quatrocentos e um reais e trinta e oito centavos), tem-se um valor de R\$ 80.802,76 (oitenta mil, oitocentos e dois reais e setenta e seis centavos) por 2 (quatro) relatórios. Este valor compreende aproximadamente 6,11% do valor total da contratação, o que observa o limite de 10% (dez por cento) previsto no art. 13, inciso II, do Decreto n. 7.983/2013.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ( ☐ ) NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

---

---

---

---

---

[Vide Nota Explicativa n. 2.](#)

### 3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o ( ☒ ) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de ( ☒ ) engenharia, ( ☐ ) arquitetura ou ( ☐ ) técnico industrial, com a emissão da ( ☐ ) ART, ( ☐ ) RRT ou ( ☐ ) TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, ( ☐ ) **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

---

---

---

---

---

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte justificativa:

---

---

---

---

---

[Vide Nota Explicativa n. 3.](#)

#### 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

( ☒ ) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

( ☒ ) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

( ☐ ) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, ( ☒ ) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

( ☐ ) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

Foram utilizados dados de pesquisa na tabela de custos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) do Estado do Ceará: Tabela de referência 027.

( ) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

---

---

---

---

---

( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

---

---

---

---

---

[Vide Nota Explicativa n. 4.](#)

## 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

( X ) foi/foram juntadas a(s) ( X ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( X ) planilha(s) analítica(s)

( ) NÃO foi/foram juntadas a(s) ( ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( ) planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

( X ) consta nos autos.

( ) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

( ☒ ) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

( ☐ ) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

[Vide Nota Explicativa n. 5.](#)

## 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

( ☒ ) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do SINAPI, **sem** adaptações;

( ☐ ) foram adotadas composições “**adaptadas**” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

( ☒ ) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 6.](#)

## 7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos ( ☐ ) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

( ☒ ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

( ☐ ) adota o parâmetro do ( ☐ ) 1º quartil ou ( ☐ ) médio ou ( ☐ ) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

---

---

---

( ) adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

---

---

---

---

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

( ) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

( X ) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Trata-se de um serviço técnico especializado relacionado a fiscalização e gerenciamento de obra, para o qual não se entende necessária a disponibilização de uma administração local.

Vide Nota Explicativa n. 7.

## 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

( X ) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos ( X ) INSUMOS e ( X ) SERVIÇOS.

( ) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos ( ) INSUMOS e aos ( ) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

---

---

[Vide Nota Explicativa n. 8.](#)

## 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (   ) DESONERADOS ou ( X ) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Não é autorizado utilizar o regime desonerado para empresas do setor do grupo 439 CNAE que desempenham serviços especializados de engenharia (concepção de projetos estruturais e de instalações, supervisão, fiscalização e gerenciamento de projetos de construção), que é o caso da presente contratação; De modo que só é admitido o regime não desonerado para o referido serviço a ser contratado.

[Vide Nota Explicativa n. 9.](#)

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (   ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: (   ) 1º quartil ou (   ) quartil médio ou (   ) 3º quartil:

Entende-se que, por se tratar de um serviço de apoio à fiscalização de uma obra de grande porte, a licitante terá despesas administrativas do escritório central consideráveis. A taxa de administração central adotada neste processo foi obtida observando os parâmetros e exemplos obtidos do documento ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS, 2014, elaborado pela TCU. Este documento, inclusive, apresenta uma típica tabela resumo de um orçamento de um contrato de supervisão e apoio à fiscalização de obras.

Seguro e garantia: (   ) 1º quartil ou ( X ) quartil médio ou (   ) 3º quartil:



---

---

---

---

---

Risco: ( X ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Por se tratar de um serviço especializado de prestação de apoio na fiscalização de obras, considera-se que o risco é mitigado.

Despesa financeira: ( X ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Por se tratar de um serviço especializado de prestação de apoio na fiscalização de obras, considera-se que as despesas financeiras para o serviço em questão não são elevadas.

Lucro: ( ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

A taxa de lucro adotada neste processo foi obtida observando os parâmetros e exemplos obtidos do documento ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS, 2014, elaborado pela TCU. Este documento, inclusive, apresenta uma típica tabela resumo de um orçamento de um contrato de supervisão e apoio à fiscalização de obras.

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

---

---

---

---

---

[Vide Nota Explicativa n. 10.](#)

## 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, ( ) SERÁ ou ( X ) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

O objeto desse processo licitatório é a prestação de serviço técnico especializado de apoio à fiscalização e gerenciamento da obra da nova sede da DPF/OPE/AP

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

( ) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

( ) foi adotado o parâmetro do ( ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

---

---

---

---

---

( ) foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

---

---

---

---

---

[Vide Nota Explicativa n. 11.](#)

## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

( X ) FOI juntado aos autos

( ) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

( X ) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

( ) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 12.](#)

### 13. PROJETO EXECUTIVO

( ) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

( X ) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, ( X ) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

[Vide Nota Explicativa n. 13.](#)

### 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao ( X ) CREA e/ou ao ( X ) CAU e/ou ao ( ) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

O objeto da pretendida licitação é serviço técnico especializado, realizado em trabalho relativo à fiscalização, assessoramento, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, no qual os produtos entregues pela CONTRATADA serão em forma de documentos e relatórios.

#### Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

( X ) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Comprovação, por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço compatível em quantidades, prazos e características similares em número de postos equivalentes ao do presente certame:

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção civil de edificação de múltiplos pavimentos.

Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos.

( X ) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção civil de edificação de múltiplos pavimentos, com área mínima de 1300 m<sup>2</sup>: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de aproximadamente 30% dos quantitativos licitados;

- Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de obra civil de construção similar ao objeto deste procedimento licitatório: 30% de 4.367,72 = 1.310,32 (adotado 1.300 m<sup>2</sup>)

### Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será ( ) ACEITO ou ( X ) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

Não será admitido somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional exigida. Isso justifica-se pelo fato de que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacite a empresa automaticamente para a execução de objetos maiores.

Não será admitido o cômputo como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional, haja vista a necessidade de se avaliar a infraestrutura empresarial e a gestão da CONTRATADA para executar uma obra complexa e de grande vulto. Além disso, avalia-se a aptidão da empresa para incorporar mais uma obra ao seu leque de compromissos já assumidos;

Embora a vedação ao somatório possa restringir a participação de empresas, a medida se configura como estritamente necessária pelos motivos retromencionados, com vistas a assegurar a perfeita conclusão da obra e a reduzir os riscos da Administração pública;

Nessa toada, Filho (2005) comenta que “a qualificação técnico-operacional consiste na execução anterior de objeto similar àquele licitado; Ora, isso significa que a identidade do objeto licitado é que determina a possibilidade ou não do somatório. Dá-se um exemplo: uma ponte de mil metros de extensão não é igual a duas pontes de quinhentos metros. Muitas vezes, a complexidade do objeto licitado deriva de certa dimensão quantitativa. Nesses casos, não terá cabimento o somatório de contratações anteriores”.

### Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

( ) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

( X ) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de [Engenheiro Civil](#): serviços de [Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de obra de construção de edificações de múltiplos pavimentos, com área mínima de 1300 m²](#);

Para o cargo de [Engenheiro Eletricista](#): serviços de [Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos, com área mínima de 1300 m²](#);

Para o cargo de [Topógrafo](#): serviços de [Fiscalização de serviços topográficos de verificação de locação da obra e acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra \(Mapa de cubação, notas de serviço etc.\)](#).

( X ) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

[A justificativa para a exigência de quantitativos mínimos para o profissional Engenheiro está pautada no fato de que os problemas enfrentados, a capacidade de executar e fiscalizar uma determinada quantidade de serviços ao mesmo tempo e a técnica utilizada para a construção de uma obra de menor porte são diferentes quando comparados com uma construção de maior porte, de maneira a garantir a participação de profissionais com maior expertise e know how.](#)

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de [Engenheiro Civil](#): quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de [30%](#) dos quantitativos licitados, para os serviços de [Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de obra de construção de edificações de múltiplos pavimentos](#);

Para o cargo de [Engenheiro Eletricista](#): quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de [30%](#) dos quantitativos licitados, para os serviços de [Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos](#);

### **Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico**

Na presente licitação, ( ) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

---

---

---

---

---

Vide Nota Explicativa n. 14.

## 15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será ( X ) FACULTATIVA ou ( ) OBRIGATÓRIA, e o licitante ( X ) PODERÁ ou ( ) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 16h, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Vide Nota Explicativa n. 15.

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado ( ) NÃO ADMITIU ou ( X ) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os

particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em Modelo de Termo de Justificativas Técnicas Relevantes – Obras/Serviços de Engenharia – Lei 14.133/2021 e-CJU e Diretoria de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União / AGU Atualização: Agosto/2023 todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer os interesses fundamentais.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 566)

Desse modo, justifica-se a admissibilidade da subcontratação, com as seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra, que compõe um engenheiro civil sênior e um técnico de edificações.

A subcontratação fica limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

Vide Nota Explicativa n. 16.

## 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de ( ) CAPITAL MÍNIMO ou ( X ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de ( 10% ) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Por se tratar de serviços que envolvem diretamente a segurança de servidores e usuários das edificações, objetiva-se, garantir, com o máximo de dispositivos legais, a capacidade econômica da contratada para executar o objeto contratual.

Para a entrega do objeto, a empresa deve comprovar o mínimo de capacidade financeira. Para tanto a fixação do percentual de 10% é proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando o valor do contrato, a essencialidade do objeto e o prazo de duração do contrato. Logo, a empresa precisa ter reservas financeiras a fim de demonstrar capacidade para suportar a despesa financeira até o recebimento das parcelas devidas.

Vide Nota Explicativa n. 17.

## 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

( ) PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

( X ) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

Embora seja admitida a possibilidade de consórcio em contratações que envolvam o objeto deste procedimento licitatório, entende-se que não há benefício ou necessidade de segmentação ou divisão empresarial para a realização dos serviços objeto dessa contratação.

No mercado, existem empresas, tanto em termos de quantidade, quanto de capacidade técnica, no segmento objeto desta contratação em número suficiente para garantir a competitividade do certame. Fato esse corroborado por outras contratações de empresas que atuaram na fiscalização de obras de mesmo porte e de mesma complexidade.

Ressalta-se que, ao passo que é ventilada a diminuição da concorrência ao vedar o consórcio, surge a possibilidade de redução no caráter competitivo ao aderir a ele, pois as empresas poderiam acordar entre si para participar da licitação.

Desta forma, a vedação à participação de consórcios neste certame não representa qualquer restrição ao universo de potenciais licitantes.

Vide Nota Explicativa n. 18.

## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será ( X ) VEDADA ou ( ) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

Os serviços de fiscalização e gerenciamento envolvidos nesse processo licitatório são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.

Vide Nota Explicativa n. 19.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será ( X ) EXIGIDA ou ( ) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:



Trata-se de contratação em empresa para prestação de apoio à fiscalização da execução de obra de engenharia de alta complexidade, construção de nova sede para a DPF/OPE/AP, executado, normalmente, por empresas do ramo da construção civil.

A não execução ou abandono por parte da equipe de apoio à fiscalização poderia trazer enormes prejuízos à segurança também das edificações.

Diante disso, a Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Vide Nota Explicativa n. 20.

## **21. DA SUSTENTABILIDADE**

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

( X ) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

( X ) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

( X ) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

( X ) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

---

---

---

---

---

[Vide Nota Explicativa n. 21.](#)

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

#### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

Na Lei n. 8.666, de 1993, a conceituação da atividade como obra ou serviço de engenharia se dava por exemplificação. Atividades de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação constituiriam uma obra, ao passo que serviço de engenharia seria toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação,

adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

No Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, que é destacado no Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União, tais atividades foram sintetizadas sob a concepção da alteração significativa ou não significativa do espaço, nos seguintes termos:

a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

A Lei n. 14.133, de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em seu art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

Obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

Sob a égide da nova lei, a atividade será enquadrada como **obra** quando i) seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e, cumulativamente, ii) importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.

O enquadramento como **serviço de engenharia**, por outro lado, tem um caráter de exclusão: trata-se de atividade desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importe em utilidade para a Administração, mas não constitua obra, ou seja, não importe em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

Percebemos que o supracitado Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União já destacava a ideia de novidade para distinguir obra de serviço de engenharia, consignando que

Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente. (...)

Serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

Compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, enquadrando-o como obra ou serviço de engenharia.

## 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

Uma vez que a atividade seja classificada como serviço de engenharia, cabe à equipe técnica perquirir se esse serviço é **comum** ou **especial**, que assim são definidos no art. 6º, XXI, “a” e “b”, da Lei n. 14.133, de 2021:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

Segundo Marçal Justen Filho<sup>1</sup>, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

O caráter **comum** ou **especial** do serviço está ligado à presença, ou não, de padronização no mercado e não reside, necessariamente, no grau de complexidade executiva do serviço ou na imposição legal de que a atividade seja exercida por profissionais habilitados. O que atrai o enquadramento do serviço como comum é o domínio do mercado sobre as técnicas de sua realização, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

Considerando que a avaliação da natureza comum ou especial do objeto envolve aspectos técnicos dos serviços de engenharia a ser contratada, essa classificação compete ao profissional legalmente habilitado.

[Voltar ao preenchimento](#)

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico*. Dialética, São Paulo, 2005, pg. 30.

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Nos termos do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, poderão ser adotados nas contratações de obras e serviços de engenharia os seguintes regimes de execução: I - empreitada por preço unitário; II - empreitada por preço global; III - empreitada integral; IV - contratação por tarefa; V - contratação integrada; VI - contratação semi-integrada; ou VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

### 2.1. Empreitada por Preço Unitário

O regime de **empreitada por preço unitário** é definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. A remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de minuciosas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

Esse regime deve ser adotado em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento. São típicos exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; reforma de edificações; e construção de poço artesiano.

### 2.2. Empreitada por Preço Global

No regime de **empreitada por preço global** a execução da obra ou serviço se dá por preço certo e total. Adotando-se esse regime, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro, não podendo cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite. Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados, também até certo limite. Assim, na empreitada por preço global, o grau de assunção de riscos pelo contratado é maior do que na empreitada por preço unitário.

Esse regime deve ser adotado quando houver um alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto. Ele pressupõe projetos de boa qualidade, que forneçam aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

É cabível, então, quando for possível definir previamente no projeto, com alta precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.

No presente regime de execução, deve ser adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado – sendo vedada sistemática de remuneração atrelada a preços unitários ou quantidades de itens unitários executados.

### 2.3. Empreitada Integral

Quando adotado o regime de **empreitada integral**, o empreendimento é contratado em sua integralidade, compreendendo todas as etapas, serviços e instalações necessários. O contratado se responsabiliza pela entrega do empreendimento ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional.

Nesse regime, a Licitação abrange a execução do objeto e o fornecimento e instalação de bens pelo contratado. O objeto deve ser entregue pelo contratado totalmente concluído e com os bens (máquinas, equipamentos, etc.) instalados e em perfeitas condições de uso e funcionamento. De acordo com Marçal Justen Filho<sup>2</sup>:

O regime de empreitada integral é utilizado para situações que envolvam a implantação de uma unidade operacional, em que a infraestrutura física é necessária, mas não suficiente para satisfazer o interesse da Administração.

O objeto visado pela contratação é a construção da infraestrutura e a implementação de serviços e outras atividades indispensáveis ao desempenho de uma atividade operacional dinâmica.

Esse regime deve ser adotado quando a necessidade da Administração vai além da entrega da infraestrutura e envolve também a plena operacionalização do empreendimento de acordo com parâmetros previamente definidos. Em outras palavras, o empreendimento deve ser entregue em pleno funcionamento.

---

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 195.

Assim, a empreitada integral é o regime adequado para projetos vultuosos e complexos, que demandem, para o seu pleno funcionamento, a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações. Importante destacar que não é o fornecimento de qualquer equipamento ou mobiliário que justifica a adoção de empreitada integral, mas apenas aqueles em que possuam um grau de integração atípico com a infraestrutura da obra<sup>3</sup>. Do contrário, deverão ser contratados separadamente, pois a adoção indevida desse regime pode ferir o princípio do parcelamento e, por consequência, da ampla competitividade.

Nos casos em que a Administração vislumbre problemas que possam ser revelados apenas quando efetivamente promovida a etapa de funcionamento do empreendimento, é conveniente a adoção da empreitada integral, pois o contratado somente se desincumbirá de suas obrigações quando o empreendimento estiver em pleno funcionamento.

## 2.4. Contratação Por Tarefa

Na **contratação por tarefa**, contrata-se mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

Pode abranger a contratação de prestadores como pedreiro, azulejista, encanador, carpinteiro, pintor etc., para executarem serviços isolados de menor dimensão.

“Assim, a contratação por tarefa costuma ocorrer naqueles casos em que o prestador do serviço atua individualmente, sem o concurso de equipamentos sofisticados, com remuneração de valor reduzido”<sup>4</sup>.

Fazendo o paralelo com a participação de pessoas físicas na licitação, não se aplica quando a contratação exigir estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021).

Portanto, não se recomenda a contratação por tarefa para objetos de maior complexidade, que extrapolem a atuação cotidiana do prestador individual.

## 2.5. Contratação Integrada

Na **contratação integrada**, o contratado é responsável não somente por executar a obra ou serviço de engenharia, mas também por elaborar e desenvolver o projeto básico e o projeto executivo – além de fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem,

---

<sup>3</sup> TCU. Acórdão 711/2016 Plenário. Informativo de Licitações e Contratos n. 280/2016.

<sup>4</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

A Administração produz apenas o anteprojeto – peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, contendo, dentre outros elementos, a proposta de concepção da obra e o memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

O contratado é responsável por escolher as soluções técnicas reputadas mais compatíveis com as diretrizes fixadas para o empreendimento – cabendo à Administração aprovar o projeto básico elaborado pelo contratado, avaliando sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam sua qualidade ou vida útil.

Em razão dos maiores riscos envolvidos, a contratação integrada deve obrigatoriamente contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado – mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico por ele elaborado.

Assim, até por seu potencial para encarecer a contratação, o regime não se destina aos objetos cotidianos – mas sim de natureza complexa, “quando não houver solução técnica determinada para a execução e colocação em operação do empreendimento ou nos casos em que a complexidade das circunstâncias conduzir à impossibilidade de definir com segurança a solução técnica mais satisfatória”<sup>5</sup>.

Prossegue Marçal Justen Filho:

A vantajosidade econômica da contratação integrada apenas se verifica nas situações em que há complexidade e problemas envolvidos na execução do objeto. A dimensão dos problemas acarreta incertezas e dificuldades que se refletirão no preço, mas pode ser mais eficiente transferir para o particular o encargo de conceber a solução e executá-la do que tentar desenvolver uma solução satisfatória no âmbito da própria Administração.

Dessa forma, embora a Lei nº 14.133/2021 não preveja requisitos explícitos para adoção do regime, “é necessário evidenciar que a complexidade da situação e a incerteza sobre o atingimento do resultado desejado mediante as soluções de empreitada tradicional geram riscos de insucesso relevante, além de acarretarem custos econômicos elevados. Deve ser demonstrado que a assunção por um particular do encargo de conceber o empreendimento,

---

<sup>5</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.



com todos os riscos inerentes, propiciará uma solução economicamente mais vantajosa do que aquela que seria obtida mediante uma modalidade distinta de empreitada”.

## **2.6. Contratação Semi-Integrada**

A contratação semi-integrada aproxima-se amplamente da contratação integrada – porém, como diferença essencial, a Administração elabora o projeto básico da licitação, atribuindo ao contratado somente a responsabilidade pela elaboração do projeto executivo.

Ainda assim, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação – assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

De resto, aplicam-se à contratação semi-integrada as mesmas observações associadas à contratação integrada, especialmente quanto à limitação de sua utilização aos objetos complexos.

## **2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado**

Nesse regime, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

No exemplo de Marçal Justen Filho<sup>6</sup>, seria adequado para contratar a construção de um edifício inteligente, com fornecimento dos equipamentos pertinentes e operação das diversas funcionalidades existentes – já que contratar em separado cada objeto poderia gerar complexidade de gestão e eventualmente elevação de custos:

Haveria dificuldade na adequação entre a construção, os equipamentos e a sua operação. Ao promover uma contratação única e abrangente, surge a obrigação de o particular conceber o edifício tomando em vista as peculiaridades dos equipamentos e as funcionalidades no tocante à prestação do serviço. O particular terá o dever de fornecer os equipamentos mais compatíveis com as características do edifício e com os serviços de operação ou manutenção. E se pode presumir que os custos de operação e de manutenção serão muito mais reduzidos, em vista da existência de um mesmo sujeito a executar todas as prestações.

Porém, alerta o autor, “somente é cabível adotar esse modelo de contratação quando as diversas prestações comportarem efetiva integração entre si e se evidenciar que a

---

<sup>6</sup> *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

contratação isolada acarretará perdas sob o prisma técnico e econômico. Portanto, não existe autonomia para promover contratação cumulativa de objetos autônomos entre si, o que configuraria opção restritiva da amplitude da competição”.

## **2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes**

A definição das chamadas "subestimativas e superestimativas relevantes" decorre de orientação do TCU para os contratos por empreitada por preço global ou integral (Acórdão n. 1.977/2013 - Plenário), a fim de garantir segurança jurídica em caso de eventual necessidade de aditivos para correção de projeto.

Segundo avalia o TCU, ambas as partes - Administração e contratada - são obrigadas a arcar com as imprecisões do projeto na empreitada por preço global - porém, apenas até o limite do enriquecimento sem causa de uma parte em detrimento da outra.

Assim, "pequenos erros quantitativos" devem ser tolerados e não devem acarretar a celebração de termos aditivos em empreitadas globais, "por se tratarem de erros acidentais, incapazes de interferir na formação de vontades e, principalmente, na formação de proposta a ser ofertada, a ser tida como a mais vantajosa".

Porém, o cenário se altera caso ocorram "erros substanciais" - daí a necessidade de estabelecer um critério objetivo para diferenciá-los.

O setor técnico deve elaborar uma matriz de riscos para analisar os riscos do projeto e definir a margem de tolerância de erro quantitativo a ser acatada pelas partes, tanto a menor ("subestimativas" em desfavor da contratada) quanto a maior ("superestimativas" em desfavor da Administração).

Tal margem de tolerância será fixada sob a forma de um percentual incidente sobre as quantidades do serviço.

Nesse ponto convém notar que a inclusão dos riscos do empreendimento é parte obrigatória da remuneração da empresa contratada, nos termos do art. 9º do Decreto n. 7.983, de 2013, que traz a composição do BDI:

Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e pessoalística que oneram o contratado;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

#### IV - taxa de lucro.

Ora, a Taxa de Risco compreende os “riscos de construção”, os “riscos normais de projetos de engenharia”, bem como os “riscos de erros de projetos e engenharia”, conforme se extrai do Acórdão TCU n. 2622/2013-Plenário. Portanto, não é compreensível que a Administração venha a remunerar esses riscos e ao mesmo tempo assuma o ônus de quaisquer quantitativos subestimados por meio da celebração de aditivos, tal como seria no regime de empreitada por preço unitário. Daí a taxa de risco fixada pela Administração por ocasião da elaboração do BDI é um importante fator a ser levado em consideração no cálculo das superestimativas e subestimativas relevantes.

Além disso, A Orientação Técnica n. 04/2011 do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (ICEC - *International Cost Engineering Council*), indica uma margem de erro de um orçamento de referência de aproximadamente 5% (cinco por cento) para um Projeto Básico quando caracterizada uma situação de utilização de empreitada por preço global, ou seja: quando todas as informações necessárias para a confecção de uma planilha orçamentária detalhada estão disponíveis. Assim, esse parâmetro pode ser utilizado pela Administração como critério médio que pode variar conforme o risco de cada etapa do projeto. Em todo caso, porém, compete exclusivamente à área técnica a definição dos respectivos percentuais de subestimativas e superestimativas relevantes.

Uma vez fixados os percentuais, durante a execução contratual, se for constatado um erro de quantitativo ("subestimativa" ou "superestimativa") em determinado serviço, o setor técnico comparará com o percentual fixado na matriz de riscos.

Se o percentual do erro ficar abaixo do percentual limite, significa que o erro não é relevante: trata-se de risco ordinário do empreendimento, já remunerado pela taxa de “risco” que consta do BDI da obra ou serviço, e não deve fundamentar a prolatação de termo aditivo.

Porém, se o percentual do erro ficar acima do percentual limite, será considerado relevante e permitirá a prolatação do termo aditivo – sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para as modificações contratuais, nos termos do art. 124, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021.

Segue o exemplo do TCU: “os contratos podem, com simplicidade, objetivar que erros unitários de quantidade de até 10% não sejam objeto de qualquer revisão. Menos que isso, esses erros acidentais serão álea ordinária da contratada. Para que não haja incontáveis pedidos de reequilíbrio decorrentes de serviços de pequena monta, pode-se, ainda, definir que somente serviços de materialidade relevante na curva ABC do empreendimento incorrerão como tarja de “erro relevante”. Mantém, assim, a lógica da medição por preço global, ao mesmo tempo em que se veda o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, sem ferir o princípio fundamental da obtenção da melhor proposta”.

Assim, a definição do percentual de tolerância pode abranger cada item de serviço, grupos de serviços ou apenas os serviços de maior relevância da contratação (avaliados de acordo com a metodologia ABC) – nesse último caso, o erro de quantitativo só ensejará a

prolação do termo aditivo se atingir justamente um dos serviços agrupados na curva “A” da contratação, ou nas curvas “A” e “B” (podendo prever um percentual limite maior para os serviços da curva “B” em relação à curva “A”, por exemplo).

Trata-se de questão técnica, a ser avaliada pelo setor em cada licitação, de acordo com as peculiaridades do objeto.

Por fim, nos termos do art. 13, inciso II, do Decreto n. 7.983, de 2013, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 124 da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

### **3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.**

Para a licitação relacionada a obras e serviços de engenharia, em conformidade com as definições constantes no art. 6º, XII e XXI, da Lei n. 14.133, de 2021, é indispensável a participação do profissional habilitado da área. A elaboração do Projeto Básico caberá:

(a) à própria Administração, por meio de responsável técnico pertencente a seus quadros, inscrito no órgão de fiscalização da atividade (CREA/CAU-BR/CFT), que deverá providenciar a Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT referente aos projetos;

(b) a profissional (pessoa física ou jurídica) especializado, habilitado pelo CREA/CAU-BR/CFT, contratado pela Administração mediante licitação ou diretamente, cujos trabalhos serão baseados em anteprojeto desenvolvido pela Administração.

Assim, o projeto e demais documentos técnicos (tais como plantas, caderno de especificações, memoriais descritivos etc.) devem ser elaborados por profissional competente de engenharia, conforme as modalidades pertinentes ao objeto (civil, mecânico, agrônomo, naval, minas, químico, eletricitista, eletrônico ou de comunicação, florestal, geólogo etc.), de arquitetura ou de técnico industrial, com a correspondente Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT, como deixa claro a Súmula TCU n. 260/2010:

É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

No que se refere à ART, compete observar a Resolução CONFEA n. 1.137, de 2023.

Cumprir lembrar que, ainda que as modificações nas planilhas orçamentárias sejam elaboradas pela empresa contratada para a execução do projeto, deverá haver profissional habilitado pertencente aos quadros da Administração, ou por ela contratado, para a verificação, correção e/ou adaptação da alteração proposta.

Nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, na licitação na modalidade pregão, **o Termo de Referência previsto no art. 6º, XXIII, não traz especificações técnicas. Assim, tais aspectos devem ser apresentados por meio de outro documento, no caso um Projeto Básico, previsto no art. 6º, XXV, da Lei, que, quando necessário, deverá ser anexado ao Termo de Referência.** Desse modo, deve ser comprovada a aptidão do responsável pelo Projeto Básico por meio da competente documentação de responsabilidade técnica, o que não se exige para o Termo de Referência.

[Voltar ao preenchimento](#)

#### 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

O valor estimado da contratação de obras e serviços de engenharia deve seguir as diretrizes do art. 23, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021, que estabelece o uso dos parâmetros específicos abaixo estabelecidos, nessa **ordem de prioridade**:

- composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;
- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Desse modo, os critérios subsequentes somente serão usados quando, **justificadamente**, o preço de referência não puder ser definido por meio dos critérios anteriores.

Ao adotar quaisquer referenciais de custos externos ao SINAPI, cabe ao setor técnico optar por aqueles que melhor se amoldam ao projeto da obra ou serviço, levando em consideração especialmente a adequação dos quantitativos, dos coeficientes de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e da mão de obra com a realidade do local da

execução do contrato. Essa avaliação deve constar da **justificativa específica** a ser preenchida pelo profissional responsável pelo TJTR.

Quanto ao uso de sistema privado de orçamentação (a exemplo do SBC), o TCU apontou que sua utilização não constitui irregularidade, todavia ele ressaltou, no item 9.1.4 Acórdão n. 2595/2021-Plenário, que

(...) o uso de sistemas privados de referência de custos para obras e serviços de engenharia, como o SBC, sem avaliação de sua compatibilidade com os parâmetros de mercado, e sem a realização de adequadas pesquisas de preços, para fins comparativos, está em desacordo com o art. 6º, inciso IX, "f", da Lei 8.666/1993, com o princípios da eficiência e da economicidade, e é contrária ao entendimento do TCU formatado nos Acórdãos 555/2008, 702/2008, 837/2008, 283/2008, 1.108/2007, 2.062/2007 e 1.947/2007, todos do Plenário.

Assim, em sua justificativa, o responsável pelo TJTR deve demonstrar a atenção dada a essa orientação.

Por fim, relativamente à contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, observe-se o que determina o art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

## 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS

Via de regra, uma vez que o orçamentista tenha definido os custos que integrarão o orçamento de referência da Administração, o valor estimado nessas contratações será expresso por meio da elaboração do orçamento detalhado em planilhas de custos unitários.

Geralmente, tal orçamento é composto por duas planilhas: sintética e analítica.

A planilha sintética traz os custos unitários de referência e os quantitativos de cada serviço necessário à plena execução da obra – chegando ao custo total de referência do serviço.

Os custos totais de referência de todos os serviços são, então, somados, chegando ao custo global de referência da obra – sobre o qual incide o valor percentual do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), a fim de obter o preço global de referência da obra, que guiará a aceitação das propostas dos licitantes.

No que diz respeito à contratação sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, “sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético” (art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Já a planilha analítica, como veremos no tópico a seguir, traz as composições de custo unitário de cada serviço inserido na planilha sintética – registrando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida do referido serviço.

Para assegurar a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, é indispensável que o intervalo entre a elaboração das planilhas do custo total estimado do empreendimento e a data de divulgação do edital não deve ser superior a um ano, conforme voto proferido no Acórdão TCU n. 2265/2020-Plenário, do qual se destaca o item 20:

Assim, a IN 73/2020 admite prazos de até 1 ano entre as referências pesquisadas e a data de divulgação do instrumento convocatório, prazo que julgo ser adequado também para a validade de um orçamento estimativo visando a licitação de uma obra pública.

Como já expusemos em tópico anterior, a documentação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

[Voltar ao preenchimento](#)

## 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

Nos casos que demandarem a elaboração da planilha analítica, como já esclarecemos acima, tal documento deverá conter o detalhamento de todos os insumos necessários à composição do custo unitário de cada um dos itens que compõem a obra, incluindo não apenas os materiais, como também a mão de obra e os equipamentos, com os respectivos quantitativos e índices de produtividade.

Segundo a Súmula TCU n. 258/2010, "as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas".

**Para os custos de referência extraídos do SINAPI, parece desnecessária a juntada das composições que lhes dão suporte** - pois trata-se de sistema oficial de livre acesso, bastando ao interessado consultar o respectivo código junto à tabela analítica do SINAPI para saber exatamente como foram calculados e quais custos estão ali embutidos.

Todavia, em caso de adoção de especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, **desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia, em relatório técnico elaborado por profissional habilitado**, as composições do SINAPI poderão ser “adaptadas” e deverão ser **obrigatoriamente** juntadas aos autos, para o devido conhecimento dos licitantes.

Nos casos em que houver **adaptação** de composições já existentes no Sistema SINAPI/SICRO, **preferencialmente**, deve-se utilizar insumos ou composições também extraídas desses sistemas vez que a Lei n. 14.133, de 2021, exige que a utilização de outras fontes somente ocorra por inviabilidade de utilização dos elementos das composições oficiais.

No que diz respeito aos demais custos de referência extraídos de fontes extra-SINAPI – dentre aquelas autorizadas no art. 23, §2º da citada Lei – também é necessário que as respectivas composições de custos unitários sejam devidamente **detalhadas e juntadas aos autos** – são as chamadas composições “próprias”.

Além de juntar aos autos as respectivas composições, no caso de utilização dessas outras fontes, cabe ao orçamentista se **assegurar** de que se trata de fontes acessíveis aos licitantes e, quando se tratar de tabelas, que as planilhas de custos façam referência aos códigos utilizados por essas tabelas e que elas tenham sido devidamente aprovadas.

Deve-se notar que a escolha de materiais, profissionais ou atividades não relacionadas nos sistemas oficiais existentes recomenda a devida **motivação técnica**. Ademais, a utilização de mão de obra de profissionais não discriminados na tabela SINAPI, além da justificativa da necessidade específica do tipo de profissional, deverá apresentar a respectiva composição do custo unitário acompanhada da discriminação analítica de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre cada profissional.

Nesse sentido, a justificativa detalhada quanto à elaboração da planilha analítica, onde se certifique a observância de tais recomendações, mostra-se imperativa.

[Voltar ao preenchimento](#)

## 7. CUSTOS DIRETOS

Custos diretos são aqueles que podem ser discriminados nominalmente e surgem como novos para a contratada, exclusivamente em função das obrigações assumidas para a execução do contrato. Destarte, não podem ser considerados custos diretos os encargos tributários pré-existentes e os custos decorrentes da manutenção do escritório central da empresa. Demais disso, **não podem ser cotados na composição do BDI**.

São classificados como custos diretos os insumos materiais, a mão de obra empregada e os respectivos encargos suportados em razão exclusiva do cumprimento do contrato, a mobilização, a desmobilização, a instalação do canteiro e do acampamento, por exemplo.

No Acórdão n. 2.622/2013-Plenário, o TCU também tratou especificamente do custo direto de administração local. Assim, após cuidadoso estudo, foram adotados os seguintes padrões para o percentual de administração local a ser inserido no custo direto da obra de construção de edifícios: 3,49% (1º quartil) - 6,23% (médio) - 8,87% (3º quartil).



Somente devem ser inseridas em tal rubrica as despesas efetivamente incorridas pela empresa ao executar a obra, devidamente detalhadas, conforme orientações do TCU – “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas”:

É importante também observar que a administração local depende da estrutura organizacional que o construtor vier a montar para a condução de cada obra e de sua respectiva lotação de pessoal. Não existe modelo rígido para esta estrutura, mas deve-se observar a legislação profissional do Sistema Confea e as normas relativas à higiene e segurança do trabalho. As peculiaridades inerentes a cada obra determinarão a estrutura organizacional necessária para bem administrá-la. A concepção dessa organização, bem como da lotação em termos de recursos humanos requeridos, é tarefa de planejamento, específica do executor da obra.

Caberá ao orçamentista realizar um ensaio sobre a questão, com vistas a estabelecer bases para estimar os custos envolvidos na administração local. Devem ser consideradas as características da obra, a estratégia adotada para sua execução, o cronograma, bem como a dispersão geográfica das frentes de trabalho.

No mais, assim como os demais custos diretos, a Administração deverá atentar para a necessidade de definir critério objetivo para a medição e o pagamento do item “administração local”, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira do contrato, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual em cumprimento ao subitem 9.3.2.2. do Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU.

[Voltar ao preenchimento](#)

## **8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS**

A partir das planilhas orçamentárias, cabe também elaborar a Curva ABC, assim definida no manual de Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do TCU:

2.19 Curva ou Classificação ABC de Serviços: tabela obtida a partir da planilha orçamentária da obra, na qual os itens do orçamento são agrupados e, posteriormente, ordenados por sua importância relativa de preço total, em ordem decrescente, determinando-se o peso percentual do valor de cada um em relação ao valor total do orçamento, calculando-se em seguida os valores percentuais acumulados desses pesos. (...)

A importância da curva ABC reside na análise das planilhas orçamentárias. É relativamente frequente a existência de orçamentos com grande quantidade de itens de serviço distintos. Em tais circunstâncias, a curva ABC de serviços permite a avaliação global do orçamento com o exame de apenas uma parte dos serviços. (...)

2.20 Curva ABC de insumos: apresenta todos os insumos da obra (material, mão de obra e equipamentos) classificados em ordem decrescente de relevância. Para sua confecção, necessita-se da composição de custos unitários de todos os serviços da obra para o agrupamento dos insumos similares de cada serviço.

A curva ABC de insumos é uma ferramenta que cria várias facilidades para a orçamentação de uma obra, proporcionando que o orçamentista refine o orçamento mediante pesquisa de mercado dos insumos mais significativos. Também auxilia no planejamento e programação de obras, pois fornece o efetivo de mão de obra e a quantidade dos diversos tipos de equipamentos necessários para a execução da obra.

No caso, uma das funções principais da Curva ABC é definir as parcelas mais relevantes da contratação sob o prisma econômico, a fim de permitir a indicação dos serviços cuja execução prévia deverá ser comprovada nos atestados de capacidade técnica apresentados pelo licitante (requisito de qualificação técnica). Além disso, permite apontar os insumos que podem ser objeto da incidência de BDI Diferenciado.

Ademais, a Curva ABC também é importante instrumento para a análise de riscos da contratação e a previsão de mecanismos de gestão e fiscalização contratual, além de guiar a análise crítica dos pleitos de modificação das planilhas orçamentárias por meio de aditivos, para verificar o ponto de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a potencial ocorrência de “jogo de planilha” ou sobrepreços relevantes.

Por fim, o próprio TCU costuma utilizar a Curva ABC em suas auditorias para averiguar tais irregularidades nos processos de tomada de contas de obras e serviços de engenharia – cabendo ao órgão diligente se antecipar e preparar sua própria versão do documento, a fim de antever eventuais fragilidades em suas planilhas orçamentárias.

**Do ponto de vista prático, a relevância desse documento pode ser assim resumida: Indicar os itens em relação aos quais se deve exigir atestados; indicar o percentual que será solicitado nos atestados (até 50% - TCU); e, indicar a importância de BDI diferenciado para equipamentos.**

[Voltar ao preenchimento](#)

## **9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA**

O órgão promotor da licitação deve atentar para o regime de tributação que está sendo considerado no orçamento de referência da Administração, mormente se está ou não considerando no BDI adotado no certame os efeitos da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), ou seja, da desoneração tributária, evidentemente, enquanto ela estiver vigente e aplicável às empresas do setor de engenharia.

Atualmente, o regime de desoneração tributária é facultativo para as empresas de construção civil – e é por isso que o SINAPI e demais tabelas de referência de preços divulgam duas versões concomitantes: encargos sociais "desonerados" e "não desonerados".

Porém, conforme divulgado no Informativo de Licitações e Contratos n. 257 do TCU, esta Corte entendeu que o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei n. 12.546, de 2011, não ampara a adoção de dois orçamentos estimativos como critério de aceitabilidade de preços máximos na licitação, a depender de a licitante recolher a contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta ou sobre o valor da folha de pagamento (Acórdão n. 6.013/2015 - 2ª Câmara).

Portanto, ao elaborar o orçamento de referência de cada licitação, cabe ao setor técnico **justificar a opção por uma ou outra tabela do SINAPI, conforme o cenário que se revelar mais vantajoso para a Administração** - segundo as premissas do PARECER n. 44/2019/DECOR/CGU/AGU:

b) Na fase preparatória da licitação, ao fazer uma estimativa do valor do futuro contrato, a Administração deverá confeccionar um único orçamento de referência, no qual considerará o regime tributário que lhe for mais vantajoso, embora os licitantes possam elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com observância do regime tributário a que se sujeitam.

c) Caso o licitante adote em sua proposta os critérios constantes do orçamento de referência (se estes não lhe foram aplicáveis), não pode, em hipótese de adjudicação e ulterior contratação, pleitear reequilíbrio econômico do contrato com base nesta discrepância.

d) Durante a análise das propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro deverão analisar a adequação do planilhamento feito pelo licitante com eventual opção ou não pela desoneração previdenciária, tendo em vista que tal diligência é essencial para a verificação da exequibilidade da planilha de formação de preços, bem como para afastar eventuais riscos de inexecução contratual.

Cabe ao setor técnico **anexar nos autos a simulação dos preços globais da obra ou serviço, com base nos dois cenários** – custos “desonerados” (acrescido o percentual da CPRB no BDI) *versus* custos “não desonerados” (excluído o percentual da CPRB no BDI) – para justificar a opção mais vantajosa para a Administração, a qual será adotada como orçamento de referência da licitação.

Necessariamente o projeto **deverá** declarar se a atividade a ser contratada se encontra entre os itens da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para fins de utilização das tabelas desoneradas.

[Voltar ao preenchimento](#)

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.

Nos termos do art. 23, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021, ao valor estimado do objeto deverão ser acrescidos o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e os Encargos Sociais (ES) cabíveis.

Na falta de um critério legal para a definição do BDI, recomenda-se a utilização dos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, que, no Acórdão TCU n. 2.622/2013 discrimina os itens mínimos componentes do BDI: taxa de rateio da administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento.

Depreende-se, ainda, do referido acórdão, os seguintes parâmetros:

- Não poderão integrar o cálculo do BDI os tributos que não incidam diretamente sobre a prestação em si, como o IRPJ, CSLL e ICMS, independente do critério da fixação da base de cálculo, como ocorre com as empresas que calculam o imposto de renda com base no lucro presumido;
- PIS, COFINS e ISSQN – na medida em que incidem sobre o faturamento – são passíveis de serem incluídas no cálculo do BDI, nos termos da Súmula TCU n. 254/2010;
- A taxa de rateio da administração central não poderá ser fixada por meio de remuneração mensal fixa, mas através de pagamentos proporcionais à execução financeira da obra de modo que a entrega do objeto coincida com 100% (cem por cento) do seu valor previsto (TCU, Ac. 2622/2013-Plenário, Item 122 do voto e Item 9.3.2.2 do acórdão - No mesmo sentido: TCU, Ac. 3013/2010-Plenário, voto do relator);
- Adoção dos novos referenciais de percentual de BDI, em substituição aos índices mencionados no Acórdão n. 2.369/2011 e utilização da terminologia “quartil”, ao invés de padrões mínimos e máximos, como constava nas tabelas substituídas do acórdão anterior.
- Fixação do entendimento de que os percentuais indicados não constituem limites intransponíveis, mas referenciais de controle.
- Caso o orçamentista opte por adotar os custos de referência DESONERADOS, deverá acrescer o percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) da CPRB ao BDI da obra ou serviço – ainda que extrapole os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013, pois os parâmetros de percentuais de BDI do Acórdão n. 2.622/2013 não contemplam a incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB) instituída pela Lei n. 12.546, de 2011.

- Adoção de percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços (percentual proporcional entre o limite máximo de 5% e o limite mínimo de 2%).

Cumprir alertar que, quanto maior a distância do percentual de BDI utilizado em relação à média indicada no acórdão, mais **robusta** deverá ser a **justificativa** para a adoção do índice escolhido.

Nesse diapasão, na justificativa, cumpre ao profissional **declarar expressamente a metodologia adotada e certificar a observâncias dos parâmetros supra**.

Alertamos, ainda, que, a depender do parâmetro utilizado, pode ocorrer de o BDI estar embutido no preço paradigma, caso em que o orçamentista deverá considerar tal condição, conforme alerta de Valmir Campelo e Rafael Jardim Cavalcante:

Quando se tratar de pesquisas de preços de serviços, deve haver o cuidado de não duplicar, total ou parcialmente, o BDI já embutido no preço do serviço pesquisado. Via de regra, os preços sondados já embutem os custos indiretos necessários à execução daqueles encargos contratuais (como tributos, custos administrativos e lucro). Aplicar, novamente, o BDI contratual sobre o valor da pesquisa pode redundar na sobreavaliação de preços do serviço em comparação com os de mercado, mormente quando o serviço for executado diretamente pela futura contratada (sem a subcontratação). (CAMPELO, Valmir; CAVALCANTE, Rafael Jardim. Obras públicas comentários à jurisprudência do TCU. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 605)

[Voltar ao preenchimento](#)

## 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Quando o fornecimento de materiais e equipamentos para a obra ou serviço de engenharia representar parcela significativa do empreendimento e puder ser realizado separadamente do contrato principal sem comprometimento da eficiência do contrato ou da realização do seu objeto, a Administração deverá realizar **licitações diferentes** para a empreitada e para o fornecimento.

Nos termos da SÚMULA TCU 253, “Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens. Ressaltamos, novamente, que a elaboração de Curva ABC poderá revelar o impacto dos preços dos materiais e equipamentos no orçamento final da obra – e embasar a decisão pela incidência do BDI reduzido.

Portanto, quando verificar tal situação, o órgão deve adaptar o modelo de composição de BDI, de forma a prever duas composições distintas: uma incidente sobre as parcelas relativas a materiais e equipamentos, outra incidente sobre as demais parcelas do serviço.

Segundo o estudo do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, o BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos deve corresponder aos percentuais de 11,10% (1º quartil) – 14,02% (médio) – 16,80% (3º quartil).

De todo modo, conforme art. 9º, § 2º, do Decreto n. 7.983, de 2013, no caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricações e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua, nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na **complexidade** da aquisição, excetuando-se a regra anteriormente prevista.

Por fim, convém esclarecer que o BDI Diferenciado **não** abrange os materiais ordinários da contratação (Acórdão TCU n. 2842/2011-Plenário).

[Voltar ao preenchimento](#)

## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Nos termos do art. 12 do Decreto n. 7.983, de 2013, a minuta de contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras.

Conforme explica o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o cronograma físico-financeiro consiste na divisão da obra ou serviço de engenharia em fases que deverão ser executadas sequencialmente, onde cada uma delas prevê as atividades que serão realizadas e os respectivos prazos de execução, ao final das quais a Administração deverá verificar o devido cumprimento em comparação com as especificações dos projetos básico/executivo e atestar as condições daquilo que foi entregue pela contratada a fim de determinar as correções devidas pelo executor da obra ou comunicar ao setor financeiro competente a possibilidade de deflagração dos procedimentos pertinentes ao pagamento da etapa cumprida.

Na empreitada por preço global, o cronograma adquire importância ímpar, pois o critério de aceitabilidade da proposta vencedora não incidirá sobre seus preços unitários, e sim sobre o preço de cada uma das etapas previstas no referido documento, que deverá ficar igual ou abaixo dos preços de referência correspondentes da administração pública (art. 13, inciso I e parágrafo único do Decreto n. 7.983, de 2013).

Da mesma forma, durante a execução contratual, a remuneração devida à contratada também seguirá o valor de cada etapa do cronograma – sendo altamente

recomendável que a previsão de pagamento coincida com 100% (cem por cento) da conclusão da respectiva etapa, a fim de se evitar a necessidade de medição (atividade própria da empreitada por preço unitário).

Já na empreitada por preço unitário, os pagamentos são atrelados aos quantitativos efetivamente executados pela contratada, com base nos preços unitários registrados em sua planilha. Ainda assim, o cronograma é importante instrumento para acompanhar as etapas de execução contratual, além de também basear a medição dos serviços prestados.

[Voltar ao preenchimento](#)

### 13. PROJETO EXECUTIVO

O projeto executivo é requisito obrigatório da contratação de obras e serviços (art. 46, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021) - inclusive nos casos de contratação direta (art. 72, I, da Lei n. 14.133, de 2021) - e deve ser realizado na fase preparatória da licitação, previamente à elaboração do edital do certame (art. 18, II, da Lei n. 14.133, de 2021).

Segundo a definição legal, é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes (art. 6º, XXVI, da Lei n. 14.133, de 2021).

Porém, a Administração poderá autorizar que o projeto executivo seja elaborado pelo próprio contratado, concomitantemente com a execução da obra ou serviço (art. 14, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Em tal situação, para que a tarefa de elaboração do projeto executivo possa ser repassada à contratada, é necessário que os documentos técnicos prévios da licitação sejam suficientemente detalhados, com a descrição completa das características e especificações relevantes do objeto licitado, nos termos do art. 6º, XXV, da Lei n. 14.133, de 2021. O projeto básico deve possuir nível de precisão e detalhamento que permita caracterizar adequadamente o empreendimento, inferir seus custos reais e definir metodologia e prazo de execução. Não é admissível a realização de licitação com base em projeto básico deficiente, carente dos detalhamentos exigidos por lei, para que, em momento seguinte à contratação, quando da elaboração do projeto executivo pela contratada, sejam procedidas expressivas alterações no projeto. Nesse sentido, preceitua o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU:

O que a lei não diz explicitamente é que essa faculdade somente pode ser exercida se o nível de detalhamento do projeto básico for suficientemente alto para extirpar subjetivismos por parte das licitantes. Ou seja, a definição dos métodos, quantitativos, prazos e valores deverá ser tão precisa que a elaboração do projeto executivo se torne algo que pode ser realizado por qualquer uma das licitantes sem grandes variações, tal como

se fosse um “serviço de prateleira”, isto é, semelhante a um serviço comum de engenharia.

Para tanto, é necessário que os estudos preliminares, o programa de necessidades, o projeto básico e o caderno de especificações, dentre outros, sejam suficientemente claros e de grande precisão. Além disso, é necessário que constem as plantas conceituais do objeto. Não se permitem especificações genéricas ou amplas que deixem a cargo da licitante a opção por um modo de execução que influencie diretamente no preço ou no bem que interessa à Administração.

Ressalta-se que, caso a responsabilidade pela elaboração dos projetos executivos seja transferida à contratada, isso deve constar como obrigação específica no Termo de Referência ou Projeto Básico e os custos inerentes devem estar contemplados na proposta.

Por fim, é importante mencionar que, excepcionalmente, admite-se, nos termos do § 1º do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, a contratação de obras e serviços comuns de engenharia sem projeto executivo nos casos em que o estudo técnico preliminar demonstrar a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados e a especificação do objeto puder ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico.

[Voltar ao preenchimento](#)

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### Registro da empresa no conselho profissional

A exigência de registro da empresa na entidade profissional competente (art. 67, V, da Lei n. 14.133, de 2021) refere-se à atividade básica do objeto da contratação - conforme entende o TCU:

"9.3.1. faça constar dos editais, de forma clara e detalhada, a fundamentação legal para a exigência de registro ou inscrição das licitantes em entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, abstando-se de exigir o registro ou inscrição das empresas licitantes quando não figurar no âmbito de competência destas entidades a fiscalização da atividade básica do objeto do certame;" (Acórdão nº 1.034/2012 – Plenário)

"1. O registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Acórdão nº 2.769/2014 – Plenário)

"A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho



que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Informativo de Licitações e Contratos 286/2016)

O Projeto Básico deverá definir os profissionais que serão necessários à execução do objeto licitado para, então, permitir ao edital delimitar a necessidade de inscrição da licitante no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), ou ainda em mais de um deles, no caso de equipe multidisciplinar ou de as competências exigidas serem comuns a mais de uma das profissões.

Nesse ponto, destaca-se que a Lei n. 13.639, de 2018, criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e a Resolução CFT n. 101, de 2020, prescreve as atribuições desses profissionais. Assim, compete ao órgão ou entidade avaliar qual profissional é o necessário e adequado ao objeto licitado e estabelecer a exigência pertinente. O mais importante nessa avaliação é cuidar para não excluir profissionais que possuam competência para executar o objeto, segundo as normas da respectiva categoria, porque isso representaria restrição indevida à competitividade.

### **Capacidade técnico-operacional**

A comprovação da capacidade técnico-operacional deve limitar-se às parcelas simultaneamente de maior relevância e valor significativo do objeto licitado (Súmula n. 263/2011-TCU), assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021.

Como mencionado, um instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação é a Curva ABC, tanto para os serviços quanto para os insumos necessários à execução do objeto. Tal documento agrupa e ordena os itens do orçamento de acordo com seu peso no valor total estimado para a contratação – e permite visualizar os itens de maior relevância econômica.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica – ou seja, aquelas parcelas cuja execução apresente determinado grau de complexidade que nem toda empresa possa cumprir de forma satisfatória, demandando assim a comprovação prévia para evitar riscos futuros à contratação.

O TCU, a propósito, já considerou irregular a exigência de qualificação técnica “em item sem grande complexidade técnica” (Acórdão n.33/2013 – Plenário), bem como “relativa à execução de serviço de pequena complexidade técnica” (Acórdão n. 1.898/2011 – Plenário).

A Lei n. 14.133, de 2021, em consonância com consolidada jurisprudência do TCU (Acórdãos n. 2.099/2009, 2.147/2009, 813/2010, 1.432/2010, 3.105/2010, 1.832/2011, 2.672/2011, 737/2012, 1.052/2012, 1.552/2012, 2.281/2012 e 397/2013, todos do Plenário), admite a exigência de atestados com quantidades mínimas, desde que limitadas até 50%

(cinquenta por cento) do quantitativo das parcelas de maior relevância, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

No que se refere à fixação de quantidades mínimas, o TCU manifesta-se pela necessidade de razoabilidade na exigência, em patamar que não restrinja a competição: “Embora seja possível a fixação de quantidades mínimas, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, essa exigência deve ser razoável, num patamar que possa garantir que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, mas que não restrinja a competitividade. A comparação efetuada pela unidade técnica demonstra claramente que as quantidades mínimas previstas na concorrência ora examinada são excessivas, limitando desnecessariamente o universo de possíveis interessados em participar do certame licitatório.” (Voto no Acórdão n. 1.771/2007 – Plenário).

### **Possibilidade de somatório dos atestados**

Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

Consequentemente, sem que haja devida justificativa técnica, é inviável a fixação de quantidade mínima ou máxima de atestados, de serviços por atestados ou que vedem o somatório de atestados, bem como as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, que inibam a participação da licitação (Acórdãos 1.090/2001, 1.636/2007, 170/2007, 2.640/2007, 1.163/2008, 2.150/2008, 2.783/2009, 3.119/2010 e 3.170/2011, 1079/2013-Plenário (itens 9.5.1 a 9.5.3) (todos do Plenário).

Porém, em determinadas situações de maior complexidade técnica, devidamente justificadas, a jurisprudência do TCU admite vedar o somatório de atestados - quando “o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviço” (Acórdão nº 2.150/2008 – Plenário).

Tome-se como exemplo a construção de uma ponte. A expertise técnica necessária para construir uma ponte de 10km não é a mesma de uma ponte de 100 metros. De nada adianta a empresa provar que já construiu 100 pontes de 100 metros cada: ainda que, no total, representem a mesma extensão, não significa que possui a competência necessária para construir uma única ponte de 10km.

Daí a finalidade da vedação ao somatório de atestados: a empresa deverá provar já ter executado os serviços de maior dimensão numa única contratação, e não por meio de diversas contratações separadas.

Já decidiu o TCU: “Nesse contexto, entendeu a medida razoável pois, em vista da complexidade e do ineditismo dos estudos a serem exigidos do vencedor da licitação, a soma da execução de vários pequenos serviços, de baixa complexidade e valores, não comprovaria que o licitante possui a experiência necessária para bem cumprir o objeto da licitação.” (Acórdão n. 2.032/2020 – Plenário)

Porém, na situação contrária, "se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados" (Acórdão n. 2.760/2012 - Plenário).

### **Capacitação técnico-profissional**

A experiência do profissional de engenharia é comprovada por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, que demonstre ter executado previamente determinado serviço. Para o profissional de arquitetura, o documento correspondente é o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, e para o técnico industrial, o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT.

As ARTs, RRTs e TRSs emitidas em nome de cada profissional são compiladas na respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT, conforme o caso.

Na licitação pública, a ART, o RRT e o TRT exigidos para comprovar a experiência dos profissionais limitar-se-ão às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 1º da Lei n. 14.133, de 2021).

Assim, conforme o objeto licitatório, a exigência deve referir-se à área ou áreas de engenharia/arquitetura/técnica industrial de maior relevo. Por exemplo, em alguns casos, poderia bastar o ART/RRT em relação ao engenheiro civil/arquiteto, em outras pode ser necessário em relação a este e o engenheiro mecânico, ou elétrico, geólogo, urbanista. É essencial que a equipe técnica participe da elaboração da qualificação técnica do TR/PB e que a minuta do edital reitere as previsões.

Novamente, a Curva ABC é instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação.

Diversamente do que dispunha a Lei de Licitações revogada, a Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admite a exigência de atestados com quantidades mínimas tanto para os comprovantes de qualificação técnico-profissional quanto técnico-operacional (art. 67, § 1º). Admite, ademais, que na contratação de serviços de natureza continuada se exija a comprovação de que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º).

## Exigências de instalações, aparelhamentos e pessoal técnico

Segundo o art. 67, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021, dentre os requisitos de qualificação técnica, pode-se exigir que o licitante indique as instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Tem sido praxe exigir nos editais uma declaração formal de que a licitante disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, mas sem relacionar quais seriam essas instalações, aparelhamento ou pessoal.

Isso acaba revestindo a exigência de algo absolutamente formal, sem acréscimo algum à garantia do cumprimento das obrigações. Pelo contrário, representa um risco de trazer problemas para a licitação, porque pode inclusive passar despercebida pela licitante - e eventualmente a melhor proposta vir a ser desclassificada por conta dessa formalidade.

De qualquer forma, em havendo itens específicos reputados necessários para a execução da obra ou serviço, como determinadas máquinas, equipamentos ou pessoal técnico, o órgão poderá inserir a referida exigência, acrescida, caso necessário, da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico (art. 67, § 8º, da Lei n. 14.133, de 2021).

[Voltar ao preenchimento](#)

### 15. VISTORIA

Quando a avaliação prévia do local de execução dos serviços for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurando-se ao licitante o direito de realização de vistoria prévia (art. 63, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021).

A Lei n. 14.133, de 2021 determina que a o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º). Portanto, a partir da nova regulamentação legal da matéria, não é mais admitida a obrigatoriedade de vistoria prévia. Caso o órgão licitante entenda fundamental o conhecimento das condições próprias do local, poderá exigir apenas que o licitante apresente declaração de que conhece as condições do local.

Em consonância com o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), a vistoria prévia deixa de ser uma obrigação passível de ser imposta pela Administração, e se transforma em um direito das

empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pelo certame a verificação prévia das condições do local onde os serviços serão executados.

[Voltar ao preenchimento](#)

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

O art. 122 da Lei n. 14.133, de 2021, admite a subcontratação parcial de obra, serviço ou fornecimento, até o limite autorizado pela Administração. A subcontratação, desde que autorizada pela Administração, possibilita que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.

Vejamos também a doutrina de Marçal Justen Filho:

A subcontratação torna-se cabível, senão inevitável, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam individualidade e são desempenhadas por terceiros especializados.

A evolução dos princípios organizacionais produziu o fenômeno terceirização, que deriva dos princípios da especialização e da concentração de atividades. Em vez de desempenhar integralmente todos os ângulos de uma atividade, as empresas tornam-se especialistas em certos setores.

A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada.

Na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações. Essa é a solução economicamente mais eficiente e tecnicamente mais satisfatória.

A Administração tem o dever de adotar as práticas mais eficientes, incorporando as práticas próprias da iniciativa privada. Logo, o ato convocatório deve permitir, quando viável, que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo.

Ao admitir a subcontratação, a Administração obtém vantagens econômicas decorrentes dos ganhos de eficiência do particular contratado.

Estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduz a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer os interesses fundamentais.

A subcontratação pode representar inclusive um fator de ampliação da competição. Há certas atividades dotadas de especialização, complexidade e onerosidade diferenciada. Impor a sua execução de modo necessário pelo próprio contratado pode resultar na redução do universo de possíveis licitantes. Permitir a subcontratação em tais casos é justificado pelas mesmas razões que legitimam a participação de empresas em consórcio.

(Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. Thomson Reuters Revista dos Tribunais. Edição do Kindle. pp. 1349-1350).

O §2º do art. 122 possibilita que edital ou regulamento vedem, restrinjam ou estabeleçam condições para a subcontratação. Trata-se de uma faculdade. Portanto, não é obrigatório que o instrumento convocatório ou seus anexos estabeleçam limites à subcontratação. Caso o instrumento convocatório ou seus anexos não delimitem a possibilidade de subcontratação, durante a fase preparatória da licitação, a Administração poderá estabelecer esses limites durante a execução do contrato.

Embora facultativa na fase preparatória, o estabelecimento de condições mínimas para a subcontratação no instrumento convocatório ou em seus anexos é medida que atende aos princípios da impessoalidade, da publicidade, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.

Na vigência da Lei n. 8.666, de 1993, consolidou-se o entendimento no sentido de que não poderiam ser subcontratadas as parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a necessidade de comprovação de capacidade financeira ou técnica pela licitante contratada (Acórdão 3144/2011-Plenário).

Contudo, o §9º do art. 67 da Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admitiu a possibilidade de que a qualificação técnica do licitante, para aspectos técnicos específicos, seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado. Por sua vez, o §1º desse artigo limitou a exigência de atestados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Portanto, os §§1º e 9º do art. 67 expressamente possibilitam a subcontratação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

Embora caiba à Administração o juízo de conveniência e oportunidade sobre a possibilidade técnica e a viabilidade de admitir a subcontratação, deve observar o princípio da motivação das decisões administrativas, ainda que discricionárias, considerando que, no Acórdão n. 1.453/2009, Plenário, a Corte de Contas manifestou-se no sentido de que “o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, inclusive das discricionárias.”

Assim, a vedação da subcontratação ou o estabelecimento ou não de condições para a sua adoção deve ser motivada pela área técnica do órgão assessorado.

[Voltar ao preenchimento](#)

## **17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**

O art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

Quando essas empresas apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação.

Os §§2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, correspondem ao §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento), a qual deve balizar-se em critérios técnicos. A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é indispensável avaliação técnica sobre o assunto.

[Voltar ao preenchimento](#)

## **18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é medida excepcional e a adoção dessa restrição está condicionada à apresentação de justificativa pela área técnica do órgão assessorado, nos termos do art. 15, caput, da Lei n. 14.133, de 2021.

Tal justificativa deve basear-se na análise individualizada do caso concreto, conforme orientações do TCU: “Deve-se analisar com a profundidade que cada empreendimento estará a requerer, por exemplo, o risco à competitividade, as dificuldades de

gestão da obra, a capacitação técnica dos participantes, fatos estes que poderão gerar atraso nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário. Outros aspectos deverão dimensionar a complexidade do empreendimento, os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira, todos esses fatores que estarão a sopesar a decisão que deverá ser tomada pelo gestor.” (Acórdão n. 1.165/2012 – Plenário).

[Voltar ao preenchimento](#)

## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

A participação de cooperativas em certames licitatórios é admitida quando atendidos os requisitos previstos nos incisos I a IV do art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração – conforme a diretriz do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5, de 2017.

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

De igual modo, o Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) tem a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. DIVERGÊNCIA CARACTERIZADA ENTRE A PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E A PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO – RESTA INCÓLUME O TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO, QUE TRATA DA VEDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, MESMO DIANTE DA SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS Nº 12.690, DE 2012, E Nº 12.349, DE 2010 – SERVIÇOS OBJETO DO TERMO QUE, POR SUA NATUREZA, CARACTERIZAM-SE PELA EXECUÇÃO MEDIANTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM SUBORDINAÇÃO, PESSOALIDADE, ONEROSIDADE E HABITUALIDADE.

I – As Cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia coletiva e coordenada, mediante autogestão e adesão voluntária e livre.



II - Os serviços abrangidos pelo termo de conciliação judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho se caracterizam pela pessoalidade, subordinação e não eventualidade.

III – Vedação à participação de cooperativas nos certames afetos a aludidos serviços que não ofende às Leis nº 12.690, de 2012, e nº 12.349, de 2010, uma vez que são admitidas apenas, e obviamente, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

IV – Proscrição que se volta para proteger os valores sociais do trabalho e prevenir a responsabilização da União por encargos trabalhistas.

Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços, conforme Ementa abaixo:

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU.

II – Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

Consequentemente, antes de se admitir a participação de cooperativas em uma licitação de obras e serviços de engenharia, é necessário averiguar se há "...necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e de habitualidade..." na execução do contrato que será celebrado. Portanto, demandando a existência de relação de emprego dos trabalhadores vinculados à execução do ajuste, não será possível a participação de cooperativas no certame. E geralmente consta a previsão de utilização de diversos profissionais que, "...pelo modo como é usualmente executado no

mercado em geral...", implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

Em caso positivo, a participação de cooperativas será permitida. Do contrário, deve ser vedada a participação de cooperativas no certame.

[Voltar ao preenchimento](#)

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 – Plenário).

Vejamos o alerta de Marçal Justen Filho:

“A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 499)

Assim, a exigência deve ser avaliada em cada caso concreto, com base no grau de risco de prejuízo ao interesse público, frente à particularidade do objeto licitado.

De todo modo, a palavra final sempre cabe à autoridade administrativa – cabendo-lhe justificar sua decisão por exigir ou dispensar a garantia em cada certame, para a adequada instrução processual.

Nos termos do art. 98 da Lei n. 14.133, de 2021, a garantia não excederá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, o percentual da garantia incidirá sobre o valor anual do contrato (art. 98, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

No intuito de evitar o abandono de obras e serviços de engenharia, a Lei n. 14.133, de 2021 inovou, admitindo que o órgão licitante exija a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, modalidade de seguro conhecida como Performance Bond, em que a empresa seguradora não apenas se responsabiliza pelos prejuízos causados pela empresa executora da obra, como, ademais, compromete-se a assumir a execução e concluir o objeto do contrato, em caso de inadimplemento da contratada (art. 102).

Quando exigida a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, a seguradora deverá firmar o instrumento de contrato, inclusive os termos aditivos, como interveniente anuente, e lhe será garantido o acompanhamento da execução do contrato, podendo, inclusive, ter acesso às instalações em que for executado o contrato e aos documentos da fiscalização técnica e contábil (art. 102, I, da Lei n. 14.133, de 2021)

Em caso de obras e serviços de engenharia de grande vulto, assim considerados aqueles serviços cujo valor supera o limite previsto no art. 6º, XXII, com as atualizações previstas no art. 182, ambos da Lei n. 14.133, de 2021, a Administração poderá exigir garantia na modalidade seguro-garantia, inclusive com cláusula de retomada, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato (art. 99 da Lei n. 14.133, de 2021).

Ademais, caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, conforme disposto no art. 59 da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

## **21. DA SUSTENTABILIDADE**

### **21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade**

Em obras e serviços de engenharia, a fase de planejamento da contratação deve prever a inclusão de conceitos de sustentabilidade nos projetos que serão elaborados. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo, para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental e para a prevenção e o gerenciamento dos resíduos da construção (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei n. 12.305, de 2010).

A equipe de gerenciamento da contratação tem o dever legal de analisar a viabilidade de inclusão de soluções sustentáveis ainda na fase de elaboração do Estudo Técnico Preliminar. Por meio desse documento, o órgão deve identificar, do ponto de vista administrativo e funcional, quais os requisitos estruturais, funcionais e de desempenho que devem ser atendidos em uma obra ou serviço de engenharia específico. É esse documento que orienta a confecção dos projetos e dos cadernos de encargos e especificações técnicas e deve

apresentar quais os reais problemas que deverão ser solucionados, bem como os objetivos que a Administração se propõe a cumprir.

É a partir das definições contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que o Engenheiro/Arquiteto vai especificar quais os materiais a serem adquiridos, as técnicas a serem utilizadas e os custos do empreendimento. Ou seja, se a Administração insere no ETP que um determinado prédio deve ter sistemas de economia de água e energia, ou um sistema de captação e utilização de águas pluviais ou, ainda, que a disposição das salas e do layout de um edifício deve favorecer certos fatores climáticos locais, por exemplo, todas essas especificações deverão ser detalhadas no Projeto de Arquitetura ou de Engenharia a ser elaborado.

Nesse contexto, a Administração pode, inclusive, buscar a certificação de sustentabilidade do empreendimento. O processo de certificação, quando utilizado, atesta a obediência a determinados padrões de qualidade, desempenho, bem como de conformidade a regras nacionais e internacionais.

São bem conhecidas as certificações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, coordenado pelo Inmetro e o Ministério de Minas e Energia, bem como o Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações – PROCEL/Edifica, também coordenado pelo Inmetro em parceria com a Eletrobrás.

Por meio dessas duas iniciativas foram introduzidos no Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE, os Requisitos Técnicos de Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Edifícios Públicos (RTQ-C) e o Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (RTQ-R).

Através dos procedimentos de submissão definidos nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Eficiência Energética de Edificações (RAC) é possível, inclusive, conferir a um edifício a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do Inmetro.

Por meio do Acórdão n. 1666/2019-Plenário, o Tribunal de Contas da União teve a oportunidade de apreciar a legalidade da exigência de apresentação de certificações em certames, e asseverou que a Administração deve buscar o equilíbrio entre a ampla participação e as exigências de qualificação e de conteúdo das propostas.

Também é indispensável o alinhamento da contratação ao Plano de Gestão de Logística Sustentável - PGLS do órgão. O PGLS deve orientar o perfil de todas as obras e serviços de engenharia ou arquitetura futuros, incluindo não apenas obras novas, mas também os serviços contínuos de adaptação e de manutenção predial, ainda que os atos concretos sejam realizados por meio de pequenas intervenções sob demanda ou, ainda, mediante a promoção de amplas reformas estruturais.

No que diz respeito ao planejamento de obras e serviços de engenharia, é possível identificar três etapas principais em que o desenvolvimento sustentável deve ser observado: **a) Quando da definição dos aspectos técnicos do objeto - especificação técnica; b) Na**

**minimização do impacto - prevenção de resíduos; e c) Quanto à destinação ambiental dos resíduos e rejeitos - gestão de resíduos.**

A Advocacia-Geral da União publicou o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no qual o Administrador Público encontrará subsídios que o ajudarão a trilhar o caminho da sustentabilidade.

A consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU, assim como a inserção das previsões legais ali relacionadas nas minutas editalícias correspondentes, antes do encaminhamento do processo administrativo para Parecer jurídico, é um dever do Gestor Público.

Ressalta-se que há possibilidade de serem incluídos outros critérios e práticas de sustentabilidade além daqueles legalmente previstos e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios, mediante justificativa a constar do processo administrativo.

## **21.2. Da Especificação Técnica**

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios e práticas de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante a execução dos serviços e dos insumos a eles vinculados, bem como a incidência de normas especiais de comercialização de produtos ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

## **21.3. Da Minimização do Impacto**

No que tange a obras e serviços de engenharia, o art. 18, § 1º, XII da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece como um dos elementos do estudo técnico preliminar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável”.

O art. 45 da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece que as contratações de obras e serviços de engenharia devem respeitar as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

#### **21.4. Licenciamento Ambiental**

No tocante ao licenciamento ambiental, instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981, artigos 9º, VI e 10) como boa prática de gestão administrativa é fundamental que, nos casos em que exigido, o órgão assessorado diligencie previamente perante os órgãos competentes para análise do tempo estimado para sua obtenção.

A “prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA” e “celeridade” que constaram do artigo 25, 2º, da Lei 14.133, de 2021, não implicam em adoção de medidas que resultem em prejuízos ao dever de preservação ambiental, devendo ser observados todos os regramentos específicos para o licenciamento ambiental.

Registre-se que sempre que a responsabilidade pelo licenciamento for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital (art. 115, 4º, Lei 14.133, de 2021)

Nas hipóteses nas quais a responsabilidade pelo licenciamento for da contratada, o órgão assessorado deverá considerá-lo no estudo técnico preliminar, na avaliação de riscos e estabelecer um cronograma físico-financeiro compatível, a fim de que seja inserido prazo adequado, evitando-se atrasos na execução contratual e futuras necessidades de prorrogação.

#### **21.5. Dos Resíduos e Rejeitos**

Resíduos e rejeitos são causadores de grande impacto ambiental, por tal motivo o Administrador Público deve, quando da contratação de obras e serviços de engenharia, ter como metas as seguintes políticas: (a) Da não geração; (b) Da redução; (c) Da reutilização; (d) Do tratamento; e, (e) Da disposição adequada.

#### **21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal**

A Sustentabilidade ora tratada enquadra-se no conceito de política socioambiental; contudo, devido à sua transversalidade, pode ser conjugada com outras políticas públicas, o que lhes confere maior efetividade.

Como exemplos de políticas públicas que podem ser aplicadas em conjunto com a Sustentabilidade nas contratações públicas, temos: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, de 2010); a Coleta Seletiva Cidadã na Administração Pública Federal (Decreto n. 10.936, de 2022); a Política de Incentivo às Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar n. 123, de 2006, e Decreto n. 8.538, de 2015); e a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (Decreto n. 3.298, de 1999, e Decreto n. 6.949, de 2009).

### **21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Assim, nos termos do inc. XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

### **21.8. Da Acessibilidade**

A acessibilidade constitui outro aspecto relevante da sustentabilidade a ser observado pelo Gestor Público quando da contratação de obras e serviços de engenharia (Decreto n. 6.949, de 2009, e Lei n. 13.146, de 2015).

O Tribunal de Contas da União - TCU, inclusive, tem recomendado a observância dos “normativos aplicáveis à matéria, sem prejuízo de outras ações não normatizadas que visem a atender o Princípio da Isonomia, no que se refere à acessibilidade” (AC-0047-01/15-P, Plenário, Relator Bruno Dantas).

A acessibilidade caracteriza-se pela identificação e eliminação de barreiras que impeçam ou restrinjam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É importante ressaltar que tais barreiras podem ser de natureza urbanística; arquitetônica; podem estar relacionadas aos meios de transporte; aos meios de comunicação; à forma como é prestada a informação; podem ser barreiras de origem comportamental; ou constituírem barreiras tecnológicas.

Nesse sentido, a Administração Pública, quando da contratação de obras e serviços de engenharia deve: **a) Na fase de planejamento, observar os princípios do desenho universal, concebendo os ambientes de forma a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico; e b) Observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050/2004.**

[Voltar ao preenchimento](#)

**Anexo II - Anexo II - Caderno de Encargos e  
Especificacoes Tecnicas (34562126).pdf**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**POLÍCIA FEDERAL**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

(CONTRATO DE SUPERVISÃO – ENGENHARIA CONSULTIVA PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO DA  
OBRA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA DPF/OPE/AP)



SETEMBRO/2023

**Premissa / Metodologia:**

*A fiscalização como atividade exercida de modo sistemático, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas.*

*A equipe estimada levou em consideração a não participação de servidores da Polícia Federal com dedicação exclusiva no canteiro do obras.*

**I – PRODUTO 01 – Coordenação Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obras.**

A supervisora deverá promover um acompanhamento constante das obras e serviços integrantes da obra de Construção da Nova Delegacia da Polícia Federal em Oiapoque/AP.

A empresa consultora deverá ter sempre em mãos e à disposição da Contratante, informações atualizadas sobre o contrato. Para isso, deverá elaborar e atualizar constantemente controles, relatórios fotográficos, curva S e cronogramas físicos financeiros.

Sempre que demandada, a contratada deverá ser capaz de assessorar a Contratante nas tomadas de decisões, no relacionamento com órgãos públicos e privados, concessionárias de serviços públicos e entidades intervenientes e emitir pareceres técnicos conclusivos.

Deverá ser desenvolvida a supervisão ambiental por meio de verificação dos areais, materiais de empréstimo, pedreiras, jazidas, bota-fora etc., verificando a existência de suas licenças ambientais vigentes.

A Coordenação-Geral, a ser desempenhada por engenheiro civil sênior, ficará encarregada da gestão integral das atividades, nesse sentido, o coordenador-geral será o responsável por emitir os relatórios/documentos.

Seguem abaixo as atividades que serão desempenhadas neste produto:

- a) Participar de tratativas com os gestores da SR/PF/AP e os representantes da empresa responsável pela construção;
- b) Providenciar e administrar os recursos materiais e humanos que se fizerem necessários à boa execução das atividades de supervisão e apoio à fiscalização;
- c) Demandar, no âmbito do presente contrato, a execução dos demais produtos quando necessários;
- d) Providenciar junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente contratação;
- e) Consolidar as atestações das quantidades e qualidade dos serviços executados;
- f) Elaborar as medições da obra com a elaboração de toda documentação técnica pertinente: Boletim de medição, memória de cálculo, relatório fotográfico, acompanhamento gráfico, e demais documentos necessários para comprovar a execução do que está sendo atestado;
- g) Preencher o Diário de Obras;
- h) Realizar o acompanhamento técnico, ambiental e controle da obra;
- i) Emitir relatório mensal das atividades desenvolvidas, no qual deverá constar todas as informações técnicas da obra.
- j) O acompanhamento da obra abrangerá a qualidade executiva, a qualidade operacional e de equipamento, a produtividade, o cumprimento dos prazos, a questão financeira do contrato e demais questões que se fizerem necessárias para a condução adequada das ações em andamento.
- k) Disponibilizar à fiscalização da PF relatórios fotográficos de todas as etapas das obras consideradas relevantes;
- l) Controlar e manter atualizados o cronograma físico-financeiro e Curva de Valor Agregado (Curva S) da obra;
- m) Assessorar a PF nas diversas decisões que eventualmente tenha de tomar para assegurar a qualidade dos trabalhos a serem executados;

- n) Dar suporte à PF nos relacionamentos com órgãos públicos e privados, concessionárias de serviços públicos etc.
- o) Assessorar a PF no recebimento provisório e definitivo da obra.
- p) Efetuar registros, elaborar análises e emitir pareceres relativos à obra: prorrogações de vigência contratual, alterações de projeto na fase de execução da obra, diário de obras, aprovação de materiais etc.
- q) Elaborar todas as documentações necessárias aos eventuais termos aditivos, com as memórias de cálculo, fundamentação técnica que motivaram as modificações quantitativas e qualitativas etc.;
- r) Caso venham a ocorrer situações específicas, em que determinadas soluções de projeto não estejam suficientemente claras, ou com nível de detalhamento tal que impossibilite a sua implementação no campo, a supervisora deverá apoiar a fiscalização para dirimir essas situações junto à empresa responsável pelo projeto;
- s) Quando necessário, elaborar composições de preços novos que não constem nos sistemas oficiais;
- t) Emitir, caso necessário, informes de “Não Conformidade” referentes à qualidade, custo e prazo da obra.

## **II – PRODUTO 02 – Apoio à Fiscalização para emissão de Parecer Técnico - Engenharia Elétrica**

O Coordenador Geral solicitará este produto quando os serviços da obra requererem decisões relacionadas à Engenharia Elétrica, como a análise de materiais a serem utilizados, entre outras considerações.

Vale ressaltar que essa solicitação deve ser efetuada até o 14º mês, uma vez que a partir do 15º mês, o Engenheiro Eletricista poderá ser incorporado à equipe de fiscalização por meio do Item 05.

## **IV - PRODUTO 03 - Serviços Topográficos - Verificação de locação da obra**

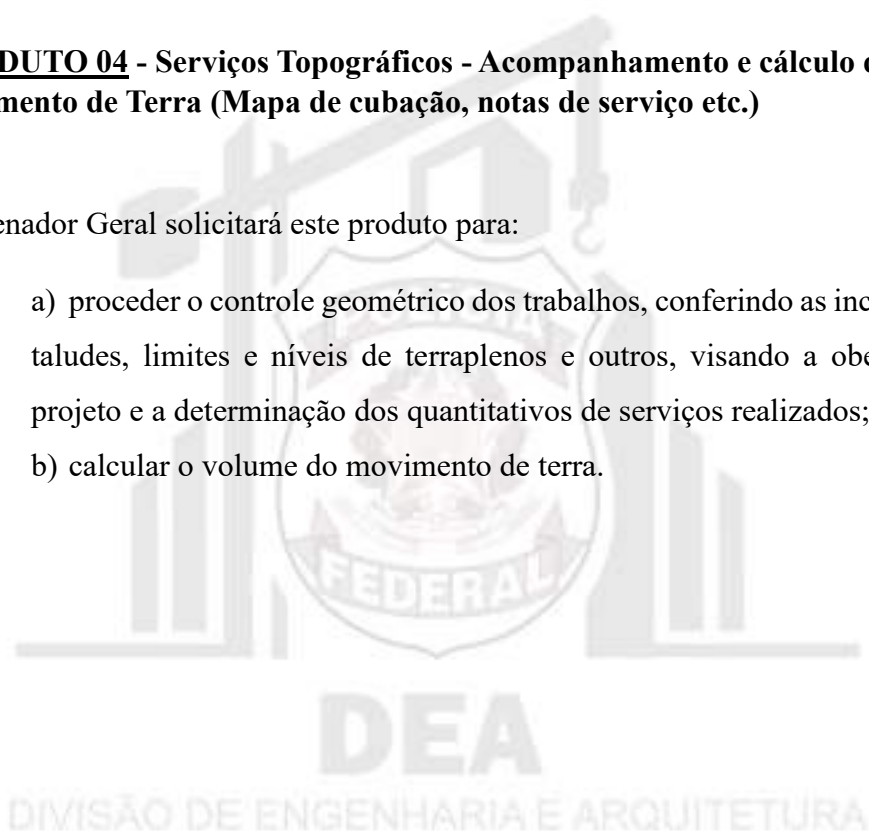
O Coordenador Geral solicitará este produto para:

- a) verificar se são obedecidas a RN e os alinhamentos estabelecidos pelo levantamento topográfico original;
- b) observar se são obedecidas as recomendações quanto à materialização das referências de nível e dos principais eixos da obra;
- c) efetuar as verificações e aferições que julgar necessárias durante e após a conclusão dos serviços pela equipe de topografia da Contratada.

**V - PRODUTO 04 - Serviços Topográficos - Acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.)**

O Coordenador Geral solicitará este produto para:

- a) proceder o controle geométrico dos trabalhos, conferindo as inclinações de taludes, limites e níveis de terraplenos e outros, visando a obediência ao projeto e a determinação dos quantitativos de serviços realizados;
- b) calcular o volume do movimento de terra.



## **VI - PRODUTO 05 - Acompanhamento Técnico - Engenharia Elétrica**

Este produto refere-se à incorporação do profissional Engenheiro Eletricista à equipe de fiscalização, ficando disponível diariamente por meio período a partir do 15º mês de obra até a emissão do termo de recebimento provisório.

O acompanhamento do engenheiro eletricista realizará as seguintes atividades:

- a) liberar a utilização dos materiais elétricos, após comprovar que as características e qualidade satisfazem às recomendações contidas nas especificações técnicas e no projeto;
- b) acompanhar a execução dos serviços, observando se são respeitadas todas as recomendações e exigências contidas no projeto e nas Práticas de Construção;
- c) acompanhar a realização de todos os testes previstos nas instalações, analisando se necessário como auxílio do autor do projeto, os seus resultados;
- d) inspecionar visualmente e submeter aos diversos ensaios antes da instalação ser posta em serviço, certificando-se assim da conformidade dos componentes e instalações com as exigências das respectivas normas e práticas;
- e) efetuar a aceitação dos serviços de instalação do sistema em duas etapas: a primeira (provisória) ocorrerá após a entrega, em operação aprovada, dos equipamentos, tendo sido realizados a contento todos os testes necessários; e a segunda (final), efetuada após a operação experimental, por prazo estipulado em contrato;
- f) realizar todos os levantamentos necessários para fins de medição.

## **PRODUTO 06 - Controle Tecnológico de Concreto c/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão**

O Coordenador Geral solicitará este produto para realizar o controle tecnológico do concreto utilizado na obra nos termos das Normas ABNT NBR 5738 e 5739.

**PRODUTO 07 - Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova DPF/OPE/AP.**

O Coordenador Geral utilizará esse produto para custear os deslocamentos para tratar de assuntos de interesse da Obra da Superintendência, para cada trecho será cobrada 1 (uma) unidade, por exemplo, caso haja deslocamento do local da obra para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá, deverá ser remunerado uma unidade para o trecho de ida e outra unidade para o trecho da volta.



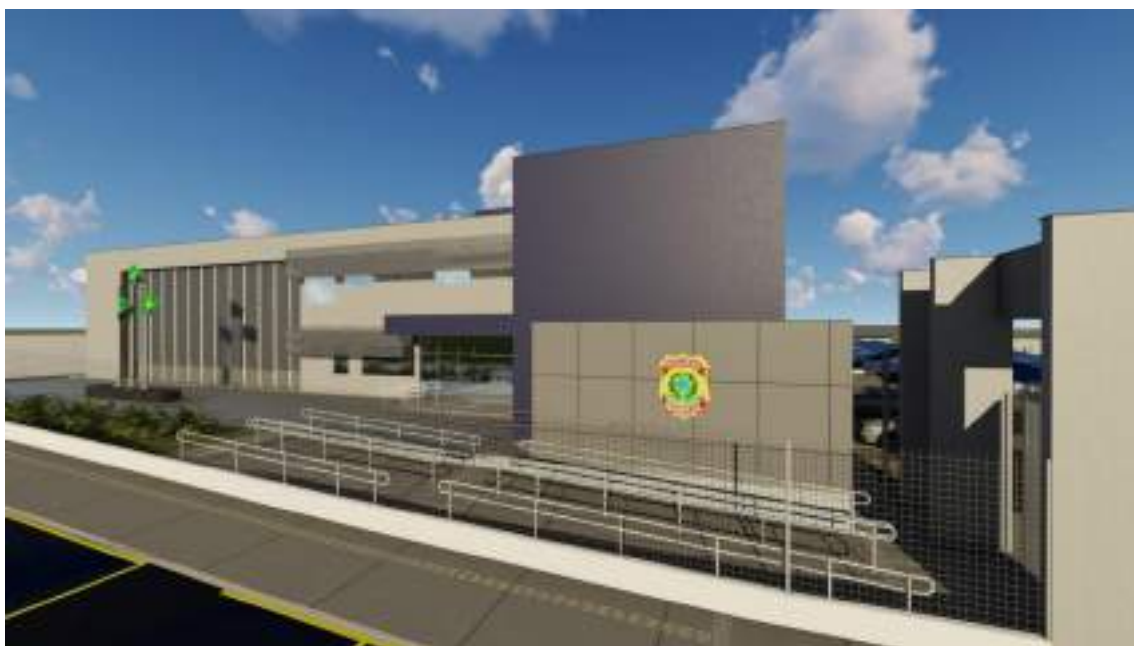
**Anexo III - Anexo III - Modelo de Relatorio (34562127).  
pdf**



**CONSTRUÇÃO DA NOVA DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL DE  
OIAPOQUE – DPF/OPE/AP.**

**RELATÓRIO MENSAL DO PRODUTO 1**

**COORDENAÇÃO GERAL, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, AMBIENTAL E  
CONTROLE DE OBRA**



**Contrato N° XX/XXXX**

**EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO E  
APOIO À FISCALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DA OBRA DA NOVA DELEGACIA DA  
POLÍCIA FEDERAL DE OIAPOQUE – DPF/OPE/AP.**

**Mês de referência do relatório: MÊS/ANO**

**Índice**

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS E EQUIPE TÉCNICA**
  - 2.1. Informações da Supervisora
  - 2.2. Informações da Construtora
- 3. PLANEJAMENTO E CONTROLE**
  - 3.1. Cronograma Físico-Financeiro (Previsto x Realizado)
  - 3.2. Curva S
  - 3.3. Gráficos de Avanço Físico
- 4. MEDIÇÕES**
- 5. CONTROLE AMBIENTAL**
- 6. INFORMAÇÕES SOBRE TRATATIVAS REALIZADAS NO PERÍODO  
(REUNIÕES COM A POLÍCIA FEDERAL, COM A EMPRESA  
RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO, ORGÃOS PÚBLICOS etc.)**
- 7. SEGURANÇA DO TRABALHO**
- 8. TERMO DE ENCERRAMENTO**

**ANEXOS**

ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

ANEXO II – DIÁRIO DE OBRAS

ANEXO III – CONTROLE TECNOLÓGICO

ANEXO IV – ATAS DE REUNIÃO

ANEXO IV - DEMAIS PRODUTOS QUANDO HOUVER

## **ABREVIATURAS UTILIZADAS**

**ATO** – Acompanhamento Técnico da Obra.

**DEA** – Divisão de Engenharia e Arquitetura.

**GTED** – Grupo Técnico em Edificações.

**SR/PF/MG** – Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais.

**AL** – Administração Local.

**EPI** – Equipamento de Proteção Individual.

**EPC** – Equipamento de Proteção Coletiva.

## **1. APRESENTAÇÃO**

Trata-se o presente, do **XXº Relatório da Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra (PRODUTO 1)**, referente ao período de **XX** a **XX** de **Mês** de **Ano**, o qual ter por finalidade explicitar à Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá o andamento da obra, bem como descrever os trabalhos realizados pela equipe desta Supervisora mobilizada neste produto, integrante do objeto do contrato nº **XXXX/XXXX**, celebrado entre a SR/PF/AP e a **XXXXXXXXXX**.

## 2. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS E EQUIPE TÉCNICA

### 2.1. Informações da Supervisora

#### 2.1.1. Dados Contratuais da Supervisora

Trata-se do Contrato nº **XX/XXXX**, celebrado entre a SR/PF/AP e a empresa **XXXXXXXXX**.

Seguem nas tabelas 1 e 2 os dados financeiros e de prazo do contrato.

Tabela 1 – Prazos (Contrato Supervisora)

Descrição	Data / Prazo
Ordem de Serviço:	
Data de Início:	
Período de Paralisação:	
Data de Término Prevista (inicial):	
Data de Término com prorrogações:	
Prazo do contrato (inicial):	
Prazo da 1ª Prorrogação:	
Prazo da 2ª Prorrogação:	
Prazo Contratual + Prorrogações:	

Tabela 2 – Informações Financeiras (Contrato Supervisora)

Descrição	Valor (R\$)
Valor do Contrato:	
Valor do Aditivo 01:	
Valor do Aditivo 02:	
Valor do Reajuste 01:	
Valor do Reajuste 02:	
Valor Total:	
Valor Medido no Período:	
Valor Acumulado Medido:	
Saldo Contratual:	

#### 2.1.2. Relação de Pessoal da Supervisora

Tabela 3 – Relação de pessoal da Supervisora

Nº	Nome	Função

## 2.2. Informações da Construtora

### 2.2.1. Dados Contratuais da Construtora

Trata-se do Contrato nº **XX/XXXX**, celebrado entre a SR/PF/AP e a empresa **XXXXXXXX**.

Seguem nas tabelas 4 e 5 os dados financeiros e de prazo do contrato.

Tabela 4 – Prazos (Contrato Construtora)

Descrição	Data / Prazo
Ordem de Serviço:	
Data de Início:	
Período de Paralisação:	
Data de Término Prevista (inicial):	
Data de Término com prorrogações:	
Prazo do contrato (inicial):	
Prazo da 1ª Prorrogação:	
Prazo da 2ª Prorrogação:	
Prazo Contratual + Prorrogações:	

Tabela 5 – Informações Financeiras

Descrição	Valor (R\$)
Valor do Contrato:	
Valor do Aditivo 01:	
Valor do Aditivo 02:	
Valor do Reajuste 01:	
Valor do Reajuste 02:	
Valor Total:	
Valor Medido no Período:	
Valor Acumulado Medido:	
Saldo Contratual:	

### 2.2.2. Relação de Pessoal da Administração Local e Equipamentos da Construtora

Tabela 6 – Relação de pessoal AL da Construtora

Nº	Nome	Função

Tabela 7 – Relação de equipamentos da Construtora

Nº	Equipamentos	Quantidade	Data da mobilização	Data da desmobilização

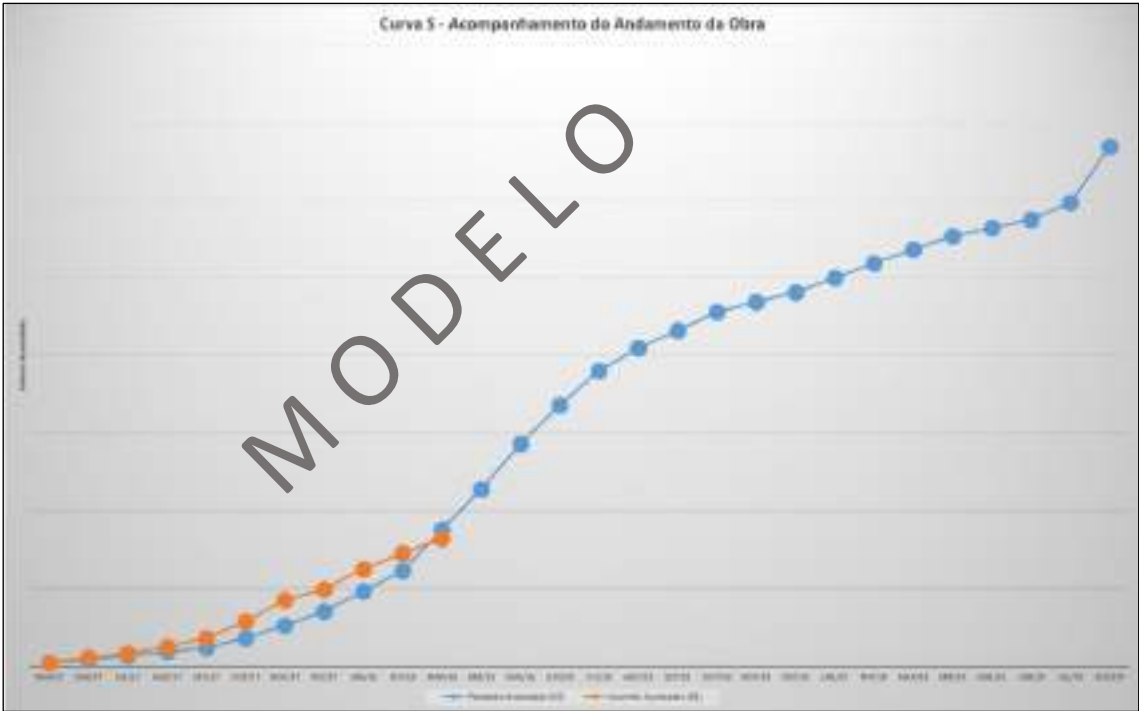

### 3. PLANEJAMENTO E CONTROLE

#### 3.1. Cronograma Físico-Financeiro (Previsto x Realizado)

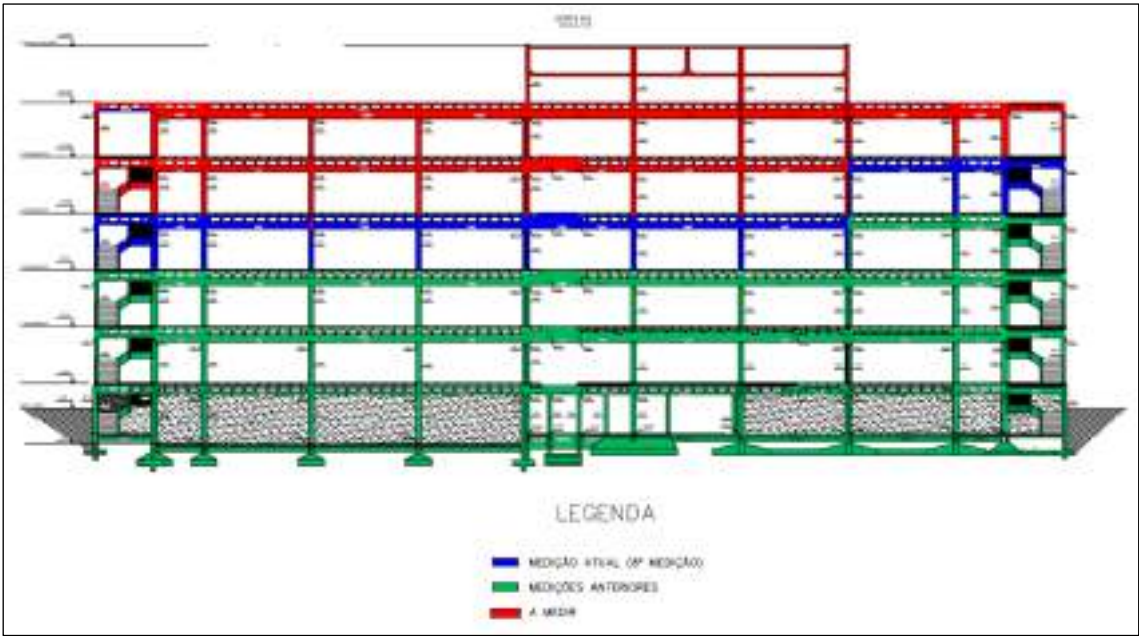
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (PREVISTO X REALIZADO)						
ITEM	DESCRIÇÃO		VALOR COM IPI	CORRESPONDÊNCIA	1º mês	2º mês
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$	1.238.887,89	Previsto	R\$ 35.507,42 1,00%	R\$ 34.507,42 1,00%
				Realizado		
2.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$	5.345.380,83	Previsto	R\$ 151.800,58 1,00%	R\$ 151.800,58 1,00%
				Realizado		
3.	DEMOLIÇÕES	R\$	809.881,24	Previsto	R\$ 238.260,82 29,00%	R\$ 238.260,82 29,00%
				Realizado		
4.	MOVIMENTO DE TERRA	R\$	2.679.495,85	Previsto	R\$ 889.871,78 33,00%	R\$ 889.871,78 33,00%
				Realizado		
5.	ESTRUTURAS	R\$	25.954.347,27	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
6.	FUNDOS PAREDES E DIVISÓRIAS	R\$	3.878.888,81	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
7.	FORRAIMENTAÇÃO E PISO	R\$	9.888.828,88	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
8.	REVESTIMENTO PAREDES	R\$	5.379.546,33	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
9.	REVESTIMENTO	R\$	9.818.888,32	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
10.	COBERTURA	R\$	3.278.881,83	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
11.	INSTALAÇÃO MECANOCANALIZAÇÃO	R\$	1.811.881,80	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
12.	INSTALAÇÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	R\$	3.278.881,21	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
13.	CLIMATIZAÇÃO	R\$	30.888.888,79	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
14.	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LÓGICA E SPM	R\$	9.888.888,85	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
15.	PASAGENS	R\$	214.887,34	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
16.	IMPERMEABILIZAÇÃO	R\$	2.878.888,88	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
17.	ESCALADORES	R\$	1.788.888,81	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
18.	LIMPEZA FINAL	R\$	348.888,23	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
19.	COMUNICAÇÃO VISUAL	R\$	117.888,84	Previsto	0,00%	0,00%
				Realizado		
Total Geral do Orçamento		R\$	88.888.888,88			
			Total no período previsto	R\$ 1.238.887,89	R\$ 1.238.887,89	
			Total no período realizado			
			Total Acumulado Previsto	R\$ 1.238.887,89	R\$ 1.238.887,89	
			Total Acumulado Realizado			



3.2. Curva S



3.3. Acompanhamento Gráfico



#### 4. MEDIÇÕES

Nesse item, deve-se trazer informações a respeito da medição realizada no período, fazendo comparação entre o previsto e o realizado, além de fazer breves comentários sobre os serviços que foram medidos.

Abaixo apresentam-se indicadores das condições técnicas e operacionais da execução dos serviços pela Construtora:

Item de Avaliação	Conceito
Equipamentos	
Pessoal	
Instalações	
Cronograma Físico	
Qualidade dos Serviços	
Atendimento à Fiscalização	

## 5. CONTROLE AMBIENTAL

Tabela 8 – Dados do licenciamento ambiental

<b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA OBRA</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Nº</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Data de vencimento</b>
Licença Prévia			
Licença de Instalação			
Licença de Operação			

Nesse item deve ser informado os dados referentes à disposição final dos resíduos gerados na obra (demolição, solo oriundo da escavação, etc).

**6. INFORMAÇÕES SOBRE TRATATIVAS NO PERÍODO (REUNIÕES COM A POLÍCIA FEDERAL, COM A EMPRESA RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO, ORGÃOS PÚBLICOS etc.)**

Nesta seção, deve-se fazer um breve relato sobre as reuniões realizadas no período, informando de forma objetiva os encaminhamentos decididos. Solicita-se que as Atas de Reunião sejam anexadas ao Relatório.

## **7. SEGURANÇA DO TRABALHO**

Nesta seção, deve-se registrar a ocorrência de acidentes de trabalho entre outros comentários relacionados ao tema, a exemplo do uso de EPI's, etc.

## 8. TERMO DE ENCERRAMENTO

Este **XXº Relatório da Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra (PRODUTO 1)**, refere-se aos serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à Fiscalização na execução da obra de Construção da Nova Delegacia Da Polícia Federal De Oiapoque – DPF/OPE/AP, entre o período de **XX a XX de MÊS de ANO**, composto de **XXX (número por extenso)** páginas no seu corpo principal, numeradas sequencialmente; além dos Anexos **X a XX**, sendo o Anexo **X** com **XX (número por extenso)** páginas, Anexo **X** com **XX (número por extenso)** páginas, .....descrever todos os Anexos.

**Anexo IV - Anexo IV - Modelos de Declaracoes  
(34562128).pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

**ANEXO IV**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES PARA LICITANTE**

**ANEXO IV – (a)**

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL**

(Razão Social), CNPJ-MF Nº ( XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF),  
DECLARA, que aceita integralmente os termos e condições da presente Licitação, bem como às disposições contidas  
na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DECLARA, ainda, ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do  
objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus  
anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

**(Cidade), (dia) de (mês e ano).**

---

Nome do Representante legal da empresa  
Função  
CPF





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

**ANEXO IV - (b)**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE  
MENORES**

**(Cidade), (dia) de (mês e ano).**

À

**(Nome da Entidade de Licitação )**

Prezados (a) Senhores (a),

Declaramos para fins de habilitação ao **Processo Licitatório n.º xxxx/2024 – (modalidade)**, que não mantemos em nosso quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno, periculoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos em condições que não sejam as mencionadas anteriormente, executando qualquer trabalho, observando desta forma, o dispositivo constitucional consagrado no art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 20/98, bem como o disposto nos arts. 62 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

---

**(assinatura autorizada)**  
**(nome e cargo do signatário)**  
**(Documento)**  
**(nome da Empresa)**  
**(endereço)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

**ANEXO IV - (c)**  
**DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**  
(Papel Timbrado da Empresa)

(Razão Social), CNPJ-MF Nº \_\_\_\_\_, sediada à rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo licitatório, estamos ciente da obrigatoriedade de declararmos ocorrências posteriores.

**(Cidade), (dia) de (mês e ano).**

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante legal da empresa  
Função  
CPF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

**ANEXO IV – (d)**

**DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES**

(Razão Social), CNPJ-MF Nº ( XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF, DECLARA, a inexistência de conflito de interesses para sua habilitação e classificação, com referência aos profissionais especialistas, pelo prazo de duração do Contrato e após o seu término, conforme regulamentação específica e aplicável em sua área de atuação, e portanto, afirma não exercer atividades que conflitem com as atividades relativas aos serviços especializados desta licitação.

**(Cidade), (dia) de (mês e ano).**

---

Nome do Representante legal da empresa

Função

CPF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/MG

**ANEXO IV - (e)**

**MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA**

**POLÍCIA FEDERAL**

**(MODALIDADE DA LICITAÇÃO) Nº \_\_\_\_\_ / (ANO)**

**NOME DA EMPRESA:**

Atesto, para os fins de participação no certame licitatório em epígrafe da empresa com Razão Social \_\_\_\_\_ e CNPJ \_\_\_\_\_ no Processo Licitatório nº \_\_\_\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, cargo \_\_\_\_\_, Mat. PF \_\_\_\_\_ como representante da Delegacia de Polícia Federal em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, acompanhei a vistoria do Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ no local de realização do serviço.

**(Cidade), (dia) de (mês e ano).**

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante da PF  
Matrícula

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante da Licitante  
CPF  
CREA/CAU (caso possua)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/MG

**ANEXO IV - (f)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

**POLÍCIA FEDERAL**

**(MODALIDADE DA LICITAÇÃO) Nº \_\_\_\_\_/ (ANO)**

**NOME DA EMPRESA:**

**PROCESSO Nº:**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA para os fins do Processo Licitatório n.º \_\_\_\_\_, que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre a Contratante ou argumento futuro quanto à não visitação.

**(Cidade), (dia) de (mês e ano).**

---

Nome do Representante da Licitante  
CPF  
CREA/CAU (caso possua)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

**ANEXO IV - (g)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS  
PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (para e empresa vencedora)**  
(Papel Timbrado da Empresa)

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins, que eu..... ( nome do profissional e  
qualificação profissional c/ nº do registro no CREA e CPF), representante da empresa  
.....(nome da empresa c/ CNPJ), sou autor da Planilha Orçamentária do  
Projeto ..... (especificar o tipo de projeto), e que os quantitativos e custos da referida  
planilha estão perfeitamente compatíveis com os quantitativos e os custos do SINAPI.

**(Cidade), (dia) de (mês de ano).**

(assinatura)

\_\_\_\_\_  
(Nome do profissional)  
(Registro do profissional)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

**ANEXO IV - (h)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

**POLÍCIA FEDERAL**

**(MODALIDADE DA LICITAÇÃO) Nº \_\_\_\_\_ / (ANO)**

**NOME DA EMPRESA:**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, vem por meio de seu representante legal abaixo identificado, demonstrar as seguintes condições:

ÍNDICES CÁLCULOS 1.1. INDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: <u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	LG= _____ = _____
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: <u>Ativo Total</u> Passível Circulante + Exigível a Longo Prazo	SG= _____ = _____
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: <u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante	LC= _____ = _____

**(Cidade), (dia) de (mês de ano).**

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante da Licitante  
CPF

**OBS.:** Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

**ANEXO IV - (i)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,  
APARELHAMENTO E PESSOAL**

(MODALIDADE DA LICITAÇÃO) Nº \_\_\_\_\_ / (ANO)

PROCESSO Nº:

A ..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º....., DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto desta licitação.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

---

Representante legal  
(Com carimbo da empresa)  
RG n.º  
CPF n.º

**OBS:** Esta declaração dever ser feita em papel timbrado da empresa.



**Anexo VI - Anexo VI - Instrumento de Medicao de  
Resultado (IMR) (34562131).pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

ANEXO  
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

Aracaju-SE, Junho de 2024



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços/obras e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento
- 1.2. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, estabelecendo indicadores, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.3. Este anexo é parte integrante do Termo de Referência a contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para o assessoramento e subsídio à fiscalização da obra de construção da Nova Sede da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque (DPF/OPE/AP).

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1. A contratante adotará a avaliação de desempenho com validação de eventuais irregularidades na execução, as quais serão consideradas como indicadores para aplicação do IMR, para fins de controle contratual dos serviços integralmente realizados e adequados aos interesses da Administração;
- 2.2. Aos indicadores serão atribuídos nível de criticidade para cada irregularidade detectada, conforme critérios apresentados nas tabelas constantes neste IMR.

**3. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

- 3.1. Será aferida ao final da entrega de cada relatório, com frequência mensal ou por demanda, a depender do produto especificado no item 1.1 do Termo de Referência, conforme tabela abaixo:

INDICADOR Nº	IRREGULARIDADES	INCIDÊNCIA	NÍVEL DE CRITICIDADE
1	Não designar por escrito, em até dois dias do início do contrato, preposto	Por dia	BAIXO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

	que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do Contrato, conforme previsto no Termo de Referência.		
2	Deixar de acompanhar a destinação de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, bem como permitir a destinação de forma ambientalmente incorreta de resíduos da obra pela executora.	Por ocorrência	MÉDIO
3	Atrasos na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante, superior a 2 (dois) dias úteis.	Por dia	MÉDIO
4	Deixar de comunicar à Fiscalização da Administração, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários.	Por ocorrência	ALTO
5	Atrasar na entrega dos relatórios sem justificativa acatada pela Contratante.	Por ocorrência e por dia	ALTO
6	Não manter sigilo de informações obtidas em decorrência de suas atribuições.	Por ocorrência	ALTO
7	Permitir a presença de funcionário sem uniforme, em condições inadequadas de	Por profissional	ALTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

	apresentação ou sem crachá de identificação		
8	Recusar-se a executar ou refazer serviço determinado pela Fiscalização da Administração, sem motivo justificado.	Por ocorrência e por dia	GRAVE
9	Descumprir as Metodologias, Especificações, Previsões ou outras determinações previstas no Termo de Referência ou seus anexos.	Por ocorrência	GRAVE
10	Suspender ou interromper o serviço, salvo por motivo de força maior.	Por dia	GRAVE
11	Recusar-se a alocar ou a substituir os profissionais elencados na equipe técnica mínima quando solicitado pela Contratante, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.	Por ocorrência e por dia	GRAVE
12	Deixar de fornecer os EPI's, quando exigido em lei ou norma, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los.	Por ocorrência e por profissional	GRAVE
13	Elaborar relatórios/boletins de medição (aspectos de quantidade e qualidade) incompatíveis com o efetivamente executado na obra.	Por ocorrência	GRAVE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

3.2 O nível de atendimento dos serviços será determinado pela Nota de Avaliação (NA), que será utilizada para cálculo do pagamento proporcional ao cumprimento das metas do IMR.

3.3 A NA será calculada a partir do registro de ocorrências que determinará os Pontos Perdidos – PP, por parte da Contratada, considerando o impacto de criticidade de cada ocorrência, conforme critérios e fórmula abaixo:

$$NA = \Sigma PP \text{ (pontos perdidos)}$$

NÍVEL DE CRITICIDADE	PP
BAIXO	0,3
MÉDIO	0,5
ALTO	1,0
GRAVE	1,5

#### 4. AJUSTES NO PAGAMENTO

4.1. Para fins de redução do valor devido à contratada, por não cumprimento do IMR, serão considerados os seguintes critérios:

FAIXAS DE AJUSTES NO PAGAMENTO	CRITÉRIOS
I – Notificação (Advertência)	Se durante a execução dos serviços <b><math>0,6 \leq NA \leq 2,0</math></b> .
II - Redução no pagamento de <b>até 4%</b> do valor do RELATÓRIO de referência, a ser aplicado apenas no pagamento do RELATÓRIO avaliado.	a) Se durante a execução dos serviços <b><math>2,0 \leq NA \leq 4,0</math></b> . b) Quando a CONTRATADA acumular <b>duas advertências consecutivas</b> ou <b>três intercaladas</b> .
III - Ajuste no pagamento de <b>4,1% até 8%</b> do valor da RELATÓRIO de	a) Se durante a execução dos serviços, <b><math>4,0 \leq NA \leq 6,0</math></b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

referência, a ser aplicado apenas no pagamento do RELATÓRIO avaliado.	b) Quando a Contratada acumular <b>três Advertências consecutivas</b> ou <b>quatro intercaladas</b> ;
IV - Ajuste no pagamento de <b>8,1% até 16%</b> do valor da RELATÓRIO de referência, a ser aplicado apenas no pagamento do RELATÓRIO avaliado.	Se durante a execução dos serviços, o <b>NA ≥ 6,0</b> .

4.2 Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato;

4.3 Durante a execução contratual, se verificada soma dos percentuais superior a 14 será considerada inexecução do contrato, podendo sofrer as sanções previstas no edital e no contrato.

**1. ASSINATURAS**

X

Fiscal de Contrato

X

Preposto da Contratada

**Anexo VII - Anexo VII - Cronograma Fisico-Financeiro  
(34562134).pdf**





24 dezembro-23

[illegible]

**Anexo VIII - Anexo VIII - Curva ABC de Insumos  
(34562135).pdf**

Obra  
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DA OBRA DA NOVA DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM OIAPOQUE/AP

Bancos  
SINAPI - 04/2024 - Amapá  
SEINFRA - 027 - Ceará

B.D.I.  
34,86%

Encargos Sociais  
Não Desonerado:

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Curva ABC de Insumos				Valor Operativa	Valor Improdutiva	Total Operativa	Total Improdutiva	Geral s/ BDI	Peso	Valor Acumulado	Peso Acumulado
					Operativa	Improdutiva										
00040814	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	24,3050400				34.449,72		837.301,82		837.301,82	63,98%	837.301,82	63,98%
00002707	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	Mão de Obra	H	927,4948800				166,65		154.567,02		154.567,02	11,81%	991.868,84	75,79%
I2140	SEINFRA	TRABALHO PROFISSIONAL	Mão de Obra	UT	2.925,2412000				41,75		122.128,82		122.128,82	9,33%	1.113.997,66	85,12%
00040946	SINAPI	TECNICO DE EDIFICACOES (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	24,3717600				4.359,78		106.255,51		106.255,51	8,12%	1.220.253,18	93,24%
I9071	SEINFRA	RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO CORPO-DE-PROVA CILÍNDRICO DE CONCRETO E ARGAMASSA	Material	UN	1.236,0000000				41,63		51.454,68		51.454,68	3,93%	1.271.707,86	97,17%
00040863	SINAPI	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	MES	48,0000000				339,96		16.318,08		16.318,08	1,25%	1.288.025,94	98,42%
00007592	SINAPI	TOPOGRAFO (HORISTA)	Mão de Obra	H	242,2968000				31,86		7.719,58		7.719,58	0,59%	1.295.745,51	99,01%
00043494	SINAPI	EPI - FAMILIA ALMOXARIFE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	MES	24,0000000				199,65		4.791,60		4.791,60	0,37%	1.300.537,11	99,37%
00043498	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	MES	24,0000000				189,11		4.538,64		4.538,64	0,35%	1.305.075,75	99,72%
00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.152,0000000				1,80		2.073,60		2.073,60	0,16%	1.307.149,35	99,88%
00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	912,0000000				0,99		902,88		902,88	0,07%	1.308.052,23	99,95%
00043470	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ALMOXARIFE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	MES	24,0000000				14,68		352,32		352,32	0,03%	1.308.404,55	99,97%
00043493	SINAPI	EPI - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	240,0000000				0,95		228,00		228,00	0,02%	1.308.632,55	99,99%
00043474	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	MES	24,0000000				3,08		73,92		73,92	0,01%	1.308.706,47	100,00%
00043469	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	240,0000000				0,09		21,60		21,60	0,00%	1.308.728,07	100,00%
00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.152,0000000				0,01		11,52		11,52	0,00%	1.308.739,59	100,00%
00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	912,0000000				0,01		9,12		9,12	0,00%	1.308.748,71	100,00%
00040864	SINAPI	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	MES	48,0000000				0,01		0,48		0,48	0,00%	1.308.749,19	100,00%

Total Geral 1.321.723,91

**Anexo IX - Anexo IX - Curva ABC de Servicos  
(34562136).pdf**

Obra

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DA OBRA DA NOVA DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM OIAPOQUE/AP

Bancos

SINAPI - 04/2024 - Amapá  
SEINFRA - 027 - Ceará

B.D.I.

34,86%

Encargos Sociais

NaoDesonerado: 0,00%

Curva ABC de Serviços

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total Com BDI	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
93568	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	24,00	R\$ 35.419,75	R\$ 850.074,00	64,32%	64,32%
C4768	SEINFRA	CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO C/ ROMPIMENTO DE CORPO-DE-PROVA À COMPRESSÃO	CONCRETOS	UN	1236,00	R\$ 140,45	R\$ 173.596,64	13,13%	77,45%
90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	912,00	R\$ 172,30	R\$ 157.137,60	11,89%	89,34%
100534	SINAPI	TECNICO DE EDIFICACOES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	24,00	R\$ 4.981,63	R\$ 119.559,12	9,05%	98,38%
	PRÓPRIO	Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova Delegacia da Polícia Federal em Oiapoque/AP.	SERVIÇOS	UND	48,00	R\$ 269,73	R\$ 12.946,84	0,98%	99,36%
90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	240,00	R\$ 35,03	R\$ 8.407,20	0,64%	100,00%

Total Geral

1.321.723,91

**Anexo X - Anexo X - Planilha de Composicoes do BDI  
(34562137).pdf**



**POLÍCIA FEDERAL**  
**INTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ/AP**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI			
Proponente: <b>SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ</b>			
Tipo de Obra/Serviço: <b>ENGENHARIA CONSULTIVA</b>		Desonerado: <b>NÃO</b>	
Empreendimento: <b>APOIO À FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA DPF/OPE/AP</b>		Município Aplicável: <b>OIAPOQUE/AP</b>	
Composição do BDI			Observações:
1	Garantia e Seguro (GS)	<b>0,80%</b>	<b>1 - Fórmula adotada:</b> $BDI = ((1 + AC + R + GS) \times (1 + Df) \times (1 + L)) / (1 - I) - 1$ <b>2 - Tributos adotados:</b> PIS+COFINS+ISS, sendo utilizado o percentual do PIS e CONFINS referente ao regime não cumulativo. *O Manual de elaboração de planilhas do TCU recomenda adotar um percentual de compensações de 20% em uma alíquota efetiva de COFINS e PIS.
2	Risco (R)	<b>0,97%</b>	
3	Despesas financeiras (Df)	<b>0,59%</b>	
4	Administração Central (Ac)	<b>5,00%</b>	
5	Lucro (L)	<b>10,00%</b>	
6	Impostos( I)	<b>12,40%</b>	
6.1	PIS 0,65% (regime cumulativo) ou máx 1,65% (não cumulativo) *	<b>1,32%</b>	
6.2	COFINS 3% (regime cumulativo) ou máx 7,6% (regime não cumulativo)*	<b>6,08%</b>	
6.3	ISS	<b>5,00%</b>	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	<b>0,00%</b>	
<b>BDI</b>		<b>34,8629421232877%</b>	

**OBSERVAÇÕES:**

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + Df)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

**AC** = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

**R** = Taxa representativa de Riscos

**S** = Taxa representativa de Seguros

**G** = Taxa representativa de Garantias

**DF** = Taxa representativa de Despesas Financeiras

**L** = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

**I** = Taxa representativa da Incidência de Tributos

(\*1) CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pela lei 12.844/2013 (\*2) Fonte: Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário

**ISS Oiapoque:** 5%

**Anexo XI - Anexo XI - Criterios de Sustentab.  
Ambiental e Declaracao (34562138).pdf**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

**ANEXO XI**  
**DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

1. A inserção da temática sócio-ambiental como requisito nas contratações realizadas pela Administração Pública se tornou obrigatória, haja vista a necessidade do poder público implementar mudanças em relação ao fomento das cadeias de produção sustentáveis e do consumo consciente, com vistas a atenuar a pressão sobre os recursos naturais. Além da necessidade de atendimento aos dispositivos legais, presentes no art. 170 da CF/1988, na Lei nº 14.133/21, no art. 6º da Lei nº 12.187/2009, no art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e no inciso XI, do art. 7º da Lei nº 12.305/2010, consideram-se como ferramentas úteis para as contratações públicas o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública e o Plano de Logística Sustentável, dadas as suas conexões com a atividade licitatória, para o alcance pleno da sustentabilidade no âmbito governamental. Abaixo seguem excertos da legislações retromencionadas:

*Constituição Federal/1988:*

*“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).*

*Lei nº 12.187/2009:*

*“Art. 6º. São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:*

*XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”*

*Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:*

*“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:*

*I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*

***II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;***

*III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;*

*IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;*

*V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;*

*VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;*

*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e*

*VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.*

*Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*

*Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:*

*XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:*

*a) produtos reciclados e recicláveis; e*

*b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.*

2. A fim de fiscalizar e exigir a comprovação da correta destinação de resíduos sólidos oriundos da obra, da utilização de materiais de origem vegetal e mineral de origem legal, bem como do pleno atendimento à legislação anteriormente citada, a licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo abaixo, o qual integrará a proposta.

3. Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da **CONTRATADA**, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

4. Seguem abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- A otimização de recursos materiais;

- A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

- Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos e o seu adequado descarte, observadas as normas ambientais vigentes;

- Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

- Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

5. Embora o maior volume de resíduo sólido produzido no canteiro de obras seja proveniente da execução da obra, é importante que os profissionais da contratada estejam instruídos quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva, conforme padrões de cores estabelecidos pela Resolução Conama nº 275/2001:

**AZUL:** papel/papelão;

**VERMELHO:** plástico;

**VERDE:** vidro;

**AMARELO:** metal;

**PRETO:** madeira;

**LARANJA:** resíduos perigosos;

**BRANCO:** resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

**ROXO:** resíduos radioativos;

**MARROM:** resíduos orgânicos;

**CINZA:** resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

## MODELO DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_\_/20\_\_ - (MODALIDADE)

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 14.133/2021, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_/20\_\_, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade de fiscalizar e exigir a comprovação de destinação adequada dos resíduos gerados na execução do contrato.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

(local e data).

---

Nome:

CPF:

Cargo:

---

**Referência:** Processo nº 08361.001392/2024-12

SEI nº 34562138

**Anexo XII - Anexo XII - Declaracao de Utilizacao de  
Modelos da AGU (34562141).pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GTED/SR/PF/AP

**DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MODELOS AGU**

ART. 29 e ART. 35 DA IN Nº 05/2017

Órgão: Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá

Setor Requisitante: GTED/SR/PF/AP

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada em fiscalização de obra de engenharia, com qualificação técnica adequada, para execução de serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à fiscalização na execução da obra na nova DPF/OPE/AP.

Tipo de Licitação: Licitação, modalidade pregão

**Declaração:**

Declaramos que, para a devida instrução processual, em respeito aos artigos 29 e 35 da IN nº. 05/2017, foram utilizados os modelos de Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e Ata de Registro de Preços constantes no site da AGU, conforme os links que seguem:

[Termo de Referência Obras e Serviços de Engenharia - Pregão e Concorrência Lei 14.133 \(dez/2023\):](#)

Link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrancia>

Data da Extração: 29/03/2024

**Ajustes e Justificativas:**

Informamos que as supressões se encontram tachadas (~~tachadas~~) nos documentos SEI (34558779 e 34605725), e que as inclusões foram marcadas com a **cor vermelha**, as adaptações/alterações/ajustes encontram-se destacadas na **cor verde** e que o mero preenchimento das lacunas foram realizados com letras da **cor azul**, todas feitas diretamente no texto.

As justificativas seguem transcritas em letras da **cor cinza** logo abaixo de cada item modificado.

**Assinaturas:**

**JOÃO VICTOR MELO COUTINHO**  
Agente de Polícia Federal  
Membro da Equipe de Planejamento de Contratação (EPC)

**SÉRGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA**  
Agente de Polícia Federal  
Membro da EPC

**Anexo XIII - Anexo XIII - Planilha Orcamentaria  
Resumida (34562144).pdf**





**POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ/AP**

RESUMO DO ORÇAMENTO PROPOSTO							
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DA OBRA DA NOVA DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM OIAPOQUE/AP.							
				Prazo:	24	Mês/Ano Ref.:	abr-24
PRODUTOS	DESCRIÇÃO	FREQUENCIA	UNIDADE	QTDE / PRAZO	VALORES - R\$		
					UNITÁRIO	TOTAL	
01	<u>PRODUTO 01</u> - Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra	Mensal	Relatório	24	40.401,38	969.633,04	
02	<u>PRODUTO 02</u> - Apoio à Fiscalização para emissão de Parecer Técnico - Engenharia Elétrica	Por Demanda	Relatório	14	1.378,41	19.297,70	
03	<u>PRODUTO 03</u> - Serviços Topográficos - Verificação de locação da obra	Por Demanda	m² - Relatório	2391,08	1,17	2.802,99	
04	<u>PRODUTO 04</u> - Serviços Topográficos - Acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra (Mapa de cubação, notas de serviço etc.)	Por Demanda	Relatório	2	2.802,99	5.605,98	
05	<u>PRODUTO 05</u> - Acompanhamento Técnico - Engenharia Elétrica	Por demanda	Relatório	10	13.784,07	137.840,72	
06	<u>PRODUTO 06</u> - Controle Tecnológico de Concreto C/ Rompimento de Corpo de Prova à Compressão	Por Demanda	und - Relatório	1236	140,45	173.596,64	
07	<u>PRODUTO 07</u> - Deslocamento para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova Delegacia da Polícia Federal em Oiapoque/AP.	Por Demanda	und	48	269,73	12.946,84	
TOTAL DO ORÇAMENTO PROPOSTO						1.321.723,91	

**Anexo XIV - Anexo XV - Criterios de Julgamento das  
Propostas (35600870).pdf**

## CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

No processo em questão optou-se pela seleção com base no critério “preço e técnica”, com vistas a escolher a empresa que apresente a melhor qualificação técnica, além da mínima estabelecida nas qualificações técnico-operacional e técnico-profissional, sem deixar de avaliar o menor preço, conforme critérios de pontuação instituídos neste documento.

A seleção terá como base a apresentação de proposta técnica e proposta de preço, as quais receberão notas técnica (NT<sub>f</sub>) e de preço (NPr), respectivamente. A Nota Final (NF) da licitante será a média ponderada dos dois valores anteriormente referidos, sendo que a Nota Técnica (NT<sub>f</sub>) terá peso de 70% (setenta por cento) e a Nota de Preço (NPr) peso de 30% (trinta por cento).

### 1. Proposta Técnica

Para a apresentação da Proposta Técnica, a Licitante, a partir das informações técnicas fornecidas neste Termo de Referência e de outras fontes de pesquisa a seu critério, deverá demonstrar que possui pleno conhecimento do Empreendimento, do escopo desta licitação, da obra a ser fiscalizada, da região de implantação das obras e de sua complexidade. Deverá ainda comprovar que a empresa tem experiência nos serviços integrantes desta concorrência bem como que dispõe de equipe técnica habilitada e recursos materiais adequados para a assunção da empreitada.

A nota técnica final (NT<sub>f</sub>), é limitada a 100 (cem) pontos e será obtida através da fórmula abaixo, que será calculada com base nos critérios definidos em seguida:

$$NT_f = 100 * NT_c / NT_{max}$$

NT<sub>f</sub> = Nota técnica final do licitante;

NT<sub>c</sub> = Nota técnica preliminar atribuída ao licitante;

NT<sub>max</sub> = Máxima nota técnica preliminar atribuída entre todos os licitantes.

A nota técnica preliminar (NT<sub>c</sub>), é limitada a 100 (cem) pontos e será obtida através da fórmula abaixo, que será calculada com base nos critérios definidos em seguida:

$$NTc = NTc1 + NTc2$$

A composição da Nota Técnica Preliminar e a distribuição de notas de seus itens constituintes, é apresentada no quadro que se segue:

ITEM	CONTEÚDO	NOTA MÁXIMA
NTc1	Experiência Específica da Empresa	40
NTc2	Equipe Técnica	60
TOTAL		100

Além das situações previstas no Art. 59 da Nova Lei de Licitações, será desclassificada a proposta técnica que não se enquadre no mínimo aceitável para os itens em que houver tal exigência e que a pontuação para a avaliação técnica resultar em 0 (zero) ponto na avaliação do respectivo item.

#### 1.1.Experiência Específica da Empresa

A Nota Técnica da Experiência Específica da Empresa (ou Capacidade Técnica da Licitante), será a soma das notas dos itens discriminados na tabela que se segue, cujas pontuações serão definidas em função dos atestados apresentados pelo Licitantes, conforme exposto na tabela abaixo.

Trata-se daqueles atestados listados no item 8.45 do Termo de Referência.

Os atestados deverão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados por entidade profissional competente através de Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT(s).

Item	Serviço a ser comprovado	Unidade	Mínimo aceitável	Quantidade apresentada	Pontuação
1	Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de obra de construção de	m²	1300,00	$1300 \leq \text{área} < 2300$	5,0
				$2300 \leq \text{área} < 3300$	10,0

	edificações de múltiplos pavimentos			$3300 \leq \text{área} < 4300$	15,0
				$\text{área} \geq 4300$	25,0
2	Fiscalização ou Coordenação ou Supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos.	m <sup>2</sup>	1300,00	$1300 \leq \text{área} < 2300$	2,5
				$2300 \leq \text{área} < 3300$	5,0
				$3300 \leq \text{área} < 4300$	10,0
				$\text{área} \geq 4300$	15,0

Atestados de serviços executados provenientes de atuações em Consórcio deverão ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT's, emitidas em nome das empresas consorciadas e deverão citar especificamente o percentual de participação de cada uma na relação partilhada ou termo de constituição de consórcio bem como os serviços e as respectivas quantidades executadas por cada consorciado.

Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo contratante principal do serviço, deverão ser apresentados os documentos a seguir:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
- Contrato firmado entre o contratado principal e o Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA.

## 1.2.Experiência da Equipe Técnica

A Licitante deverá indicar a Equipe Técnica atendendo aos condicionantes em termos de currículos e atestados, conforme definido adiante.

Os currículos somente serão avaliados se apresentados com declaração pessoal do profissional comprometendo-se a realizar os serviços pelo prazo total do contrato, caso este seja adjudicado à Licitante.

Ressalta-se que será admitida a substituição dos profissionais indicados por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

O profissional que não atender ao mínimo aceitável na tabela a seguir terá pontuação igual a ZERO. Somente o profissional que preencher os requisitos citados na coluna Profissional e Mínimo Aceitável, estará habilitado, para efeito desta licitação, a ser pontuado pela apresentação de atestado(s) de trabalho(s) realizado(s), na forma descrita. Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA (Certificado de Acervo Técnico – CAT). A nota deste item será o resultado da tabela a seguir:

Item	Profissional	Unidade	Mínimo aceitável	Quantidade apresentada	Pontuação
1	Engenheiro Civil sênior com experiência de, pelo menos, 10 anos atuando como líder de equipes multidisciplinares, gerenciando projetos e tomando decisões significativas.	Tempo de experiência, em anos	10	$10 \leq \text{anos} < 12$	5,0
				$12 \leq \text{anos} < 15$	10,0
				$\text{anos} \geq 15$	20,0
2	Engenheiro Eletricista com experiência na fiscalização ou coordenação ou supervisão de construção de instalações elétricas prediais de alta e baixa tensão para edificação de múltiplos pavimentos.	Tempo de experiência, em anos	-	$\text{anos} < 2$	0,0
				$2 \leq \text{anos} < 4$	5,0
				$4 \leq \text{anos} < 7$	10,0
				$\text{anos} \geq 7$	15,0
4	Topógrafo com experiência na fiscalização de serviços topográficos de verificação de locação da obra e acompanhamento e cálculo de Volume do Movimento de Terra	Tempo de experiência, em anos	-	$\text{anos} < 2$	0,0
				$2 \leq \text{anos} < 4$	2,0
				$4 \leq \text{anos} < 7$	3,5

	(Mapa de cubação, notas de serviço etc.)			anos $\geq 7$	5,0
5	Engenheiro Civil com experiência na elaboração e/ou na coordenação de projetos com o uso da tecnologia BIM	Tempo de experiência, em meses	-	meses $< 6$	0,0
				$6 \leq \text{meses} < 12$	4,0
				$12 \leq \text{meses} < 24$	6,0
				meses $\geq 24$	12,0
6	Engenheiro Eletricista com experiência na elaboração e/ou na coordenação de projetos com o uso da tecnologia BIM	Tempo de experiência, em meses	-	meses $< 6$	0,0
				$6 \leq \text{meses} < 12$	2,0
				$12 \leq \text{meses} < 24$	4,0
				meses $\geq 24$	8,0

## 2. Proposta de Preço

A Nota de Preço dos Serviços totalizará no máximo 100 (cem) pontos conforme critério a seguir.

As propostas de preços serão avaliadas pelo seu preço global, conforme critério exposto a seguir.

A Nota de Preço (NPr) será calculada da seguinte forma:

- À proposta válida com menor preço será atribuída a nota máxima 100 (cem);

- Para as demais propostas será utilizada a seguinte fórmula:

$$NPr = (mPr / PR) \times 100$$

Onde:

- NPr = Nota de Preço

- mPr = Proposta com Menor Preço entre as Propostas Válidas

- PR = Preço da Proposta em Análise

## 3. Pontuação dos proponentes

O julgamento será feito pelo somatório das notas de PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇOS, sendo a nota de PROPOSTA TÉCNICA com peso de 70% (setenta por cento) e a nota de PROPOSTA DE PREÇO com peso de 30% (trinta por cento) totalizando um percentual de 100% (cem por cento).

A Licitante deverá apresentar a Memória de cálculo da pontuação apresentada, conforme Modelo 1 em anexo, relativa à:

- Experiência Específica da Empresa
- Experiência da Equipe Técnica

O cálculo da Nota Final (NF) dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnica e de preço, conforme Equação:

$$NF = (70*NTf + 30*NPr)/100;$$

Onde: NF = Nota Final; NTf = Nota Técnica Final; e NPr = Nota de Preço

Ao fim do cômputo da pontuação, as propostas serão classificadas em ordem decrescente de Nota Final (NF).

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á pelos critérios estabelecidos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.



MODELO 1 – MEMÓRIAS DE CÁLCULO

NT1 - EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DA EMPRESA

AO

XXXXXX

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 0\_\_\_/ XX

Em conformidade com o disposto no Edital e no Termo de Referência, apresentamos abaixo a nossa Memória de Cálculo dos créditos esperados quanto à avaliação da Licitante, em conformidade com os itens de Julgamento:

Item atendido / Atestado Nº	Doc. às Fls.	Requisito	Créditos
01	XXXX	Quantidade Apresentada	Xx
02	XXXX	Quantidade Apresentada	Xx
...	XXXX	...	Xx

Portanto, o total de créditos esperados quanto à Experiência Específica da Empresa é de \_\_\_\_\_ créditos.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20XX

\_\_\_\_\_

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL) (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

MODELO 1 – MEMÓRIAS DE CÁLCULO

NT4 - EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA

AO

XXXXXX

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 0\_\_\_/ XX

Em conformidade com o disposto no Edital, apresentamos abaixo a nossa Memória de Cálculo dos créditos esperados quanto à avaliação da Equipe Técnica da Licitante, em conformidade com os itens de Julgamento:

Item atendido / Profissional Nº	Doc. às Fls.	Requisito	Créditos
01	XXXX	Quantidade Apresentada	Xx
02	XXXX	Quantidade Apresentada	Xx
...	XXXX	...	Xx

Portanto, o total de créditos esperados quanto à Experiência da Equipe Técnica é de \_\_\_\_\_ créditos.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20XX

\_\_\_\_\_

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL) (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

**Anexo XV - Anexo XVI - Encargos Sociais (35636836).  
pdf**

## Apêndice 3 – Encargos Sociais – Amapá

## AMAPÁ

VIGÊNCIA A PARTIR DE 12/2023

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,13%	Não incide	18,13%	Não incide
B2	Feriados	4,83%	Não incide	4,83%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,64%	0,87%	0,64%
B4	13º Salário	11,28%	8,33%	11,28%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,04%	0,06%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,75%	0,56%	0,75%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,10%	Não incide	2,10%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	13,97%	10,32%	13,97%	10,32%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	52,13%	20,00%	52,13%	20,00%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,09%	3,02%	4,09%	3,02%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
C3	Férias Indenizadas	0,89%	0,65%	0,89%	0,65%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	1,92%	1,42%	1,92%	1,42%
C5	Indenização Adicional	0,34%	0,25%	0,34%	0,25%
C	Total	7,34%	5,41%	7,34%	5,41%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,76%	3,36%	19,18%	7,36%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,34%	0,25%	0,36%	0,27%
D	Total	9,10%	3,61%	19,54%	7,63%
TOTAL(A+B+C+D)		85,37%	45,82%	115,81%	69,84%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

**Anexo XVI - Anexo - Termo de Secao-Entrega do  
terreno (35602208).pdf**



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO AMAPÁ

LIVRO 02

FOLHA 47

**TERMO DE ENTREGA**, firmado entre a **SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ**, referente ao imóvel constituído por um prédio situado na Av. Barão do Rio Branco nº 500, Município de Oiapoque, Estado do Amapá, conforme Processo nº **05315.001322/00-77** na forma abaixo:

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro do ano de 2013, na Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Amapá – SPU/AP, situada na Rua Odilardo Silva, nº 2110 – Esquina com Av. Coaracy Nunes – Centro – Macapá/AP, compareceram partes entre si justas e contratadas de um lado como OUTORGANTE, a UNIÃO, representada neste ato, pela Superintendente do Patrimônio da União no Amapá, Srª Liely Gonçalves de Andrade, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 246.771 – SSP/AP e do CPF nº 509.107.872-04, com delegação e competência outorgada pela Portaria nº 156, de 02/03/2005, publicado no D.O.U., de 03/03/2005, residente e domiciliada nesta cidade de Macapá-AP e, de outro lado, como OUTORGADO, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá, com sede na Av. Ernestino Borges, nº 1402, Jesus de Nazaré, Macapá/AP, neste ato representado, pelo Superintendente Regional da Polícia Federal no Amapá, Sr. Araquem Alencar Tavares de Lima, brasileiro casado, portador da Carteira de Identidade nº 5077700-SDS/PE e do CPF nº 983.984.234-04, residente e domiciliado à Av. Felipe Camarão, nº 203, Trem, Macapá/AP, designado através da Portaria nº 515, de 10/04/2012, publicada no D.O.U., de 11/04/2012 e as

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO AMAPÁ

LIVRO 02

FOLHA 48

nº 02, de 14 de outubro de 1983, no Cartório de Registros Públicos e Tabelionato da Comarca de Oiapoque; **CLÁUSULA SEGUNDA** – que o aludido imóvel assim se descreve e caracteriza: terreno localizado na Av. Barão do Rio Branco, nº 500, medindo 70,00m de frente por 60,00m de fundos, faz frente com Av. Barão do Rio Branco e limita-se à esquerda com a Rua Lélvio Silva. Área do terreno: 4.200,00m², benfeitorias: Prédio composto de 01 pavimento em concreto armado, coberto com telhas de Brasilit de área construída de 576,00m² subdivido: em área de segurança, sala de espera, sala do Delegado, sala de administração, 01 depósito, 03 salas para agentes, 02 salas para cartório, 01 sala para monitoração de rádio, 02 banheiros, 01 copa cozinha, 01 alojamento com 02 banheiros, carceragem com 02 celas, 01 área livre e garagem; **CLÁUSULA TERCEIRA** – neste ato, a OUTORGANTE formaliza a Entrega ao OUTORGADO da administração, uso, conservação e demais responsabilidades sobre as despesas oriundas da unidade destinadas à SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ, no município de Oiapoque; **CLÁUSULA QUARTA** – na forma prevista no Decreto-lei nº 9.760, de 1946, a presente Entrega é feita nas seguintes condições: a) cessada a aplicação, reverterá o próprio nacional à administração da OUTORGANTE, independentemente de ato especial; b) a entrega fica sujeita à confirmação 2 (dois) anos após a lavratura deste instrumento, cabendo à OUTORGANTE ratificá-la, desde que, nesse período, tenha o imóvel sido utilizado para os fins a que foi entregue (Art.79, §1º); c) não será permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do que justificou a Entrega (Art. 79, §2º, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 31 da Lei nº 9.636, de 15/05/1998); d) qualquer reforma, ampliação ou alteração do imóvel entregue, deverá obrigatoriamente ser comunicada à SPU/AP, acompanhada de documentação necessária à averbação no Cartório de Registro de Imóveis; **CLÁUSULA QUINTA** – que verificado o descumprimento de quaisquer das condições mencionadas nas letras “a”, “b”, “c” e “d” da Cláusula Quarta, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional. Pelo representante do OUTORGADO, foi dito que RECEBE o imóvel identificado no presente instrumento na forma nele prescrita; **CLÁUSULA SEXTA** – Fica o OUTORGADO obrigado a observar e atender o disposto na Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, regulamentada pelo



EM BRANCO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO AMAPÁ



LIVRO 02

FOLHA 49

assinadas e identificadas, presentes a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento o qual é lavrado na Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Amapá, valendo o mesmo como Escritura Pública de acordo com o artigo 13 inciso VI, do Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 10 da Lei nº 5.241, de 25 de abril de 1968. E eu, JOSÉ LUIZ SILVA LOBATO, matrícula SIAPE nº 1014113, Jose Luiz Silva Lobato, lavrei o presente **TERMO DE ENTREGA**, que vai assinado e conferido pelos presentes.

Macapá-AP, 09 de setembro de 2013.

OUTORGANTE Liely Gonçalves de Andrade  
**LIELY GONÇALVES DE ANDRADE**  
Superintendente do Patrimônio da União no Amapá

OUTORGADO Araquem AleNCar TAVARES DE LIMA  
**ARAQUEM ALENCAR TAVARES DE LIMA**  
Superintendente Regional da Polícia Federal no Amapá

TESTEMUNHAS:

1 Vinício Abdon Moreira  
**VINICIO ABDON MOREIRA**  
Mat. SIAPE 1017952

**Anexo XVII - Anexo - Identificacao do imovel SPU  
(35849185).pdf**



Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

## Identificação do Imóvel

Rip: **0609 00029.500-2**Certificado: **Não**

## Endereço do Imóvel

Tipo de Logradouro: **Acesso**Logradouro: **av. Brao do Rio Branco**Número: **500**Complemento: **Quadra XIII**Bairro: **Centro**CEP: **68980-000**Município: **0609 - OIAPOQUE**UF: **AP - Amapá**

## Dados do Terreno

Conceituação: **Nacional interior**Área Terreno (m²): **4.940,00**Valor m² (R\$): **128,89**Fração Ideal: **1,00000000**Natureza: **Urbano**Valor do Terreno (R\$): **636.716,60**

Memorial do Terreno:

**Terreno medindo 70,00m de frente por 60,00m de fundos.**

## Dados da Benfeitoria do Imóvel

Área Construída (m²): **947,00**Pavimentos: **1**Tipo de Estrutura: **Industrial e residencial médio**Fator KP: **Casas e sobrados ou construções de tamanho médio**Denominação do Prédio: **Delegacia de Polícia Federal**

Memorial da Benfeitoria:

**predio com diversas salas, rol de entrada, garagem, banheiros. leila Soares**

## Dados do Imóvel

Tipo do Imóvel: **Delegacia**Fator Corretivo: **1,00**Data Avaliação: **22/02/2022**Data de Cadastro: **21/12/2001**Nível de Rigor: **Estimativa de Valor (24 meses)**Prazo Validade: **22/02/2024**Valor do Terreno (R\$): **636.716,60**Valor Benfeitorias Utilizações (R\$): **1.342.068,44**Valor do Imóvel (R\$): **1.978.785,04**Tipo de Vocação: **Serviço Público**

Tombo/Arquivamento:

## Registro Cartorial do Imóvel

Cartório/Ofício: **n/t**Registro/Matrícula: **1**Livro Cartório: **n/t**Data Registro: **01/04/2000**Folhas Cartório: **n/t**

## Dados Complementares do Imóvel

Forma de Aquisição: **Recebimento em Doação**Proprietário Anterior: **P.M. de Oiapoque**Fundamento da Incorporação: **Decreto 004/78 de 18/04/78**Encargos da Aquisição: **sem onus**Imóvel Sub Judice: **Não**

Processo Apenso:

Processo Principal: **08361.005494/2013-54**

Latitude/Longitude:

Direito Adquirido: **Propriedade**Situação da Incorporação: **Incorporado**Data da Incorporação: **21/12/2001**

## Proprietário Oficial

**Outros - Não Informado**

## Observação

**Atualização de dados de acordo com o laudo de reavaliação constante no processo SEI 08361000990/2018-26  
reavaliação de imóvel de acordo com a solicitação processo SEI 08361001417/2019-11**

**Índice de Ocupação do Imóvel**Índice de ocupação: **0,00****Utilizações encontradas para o RIP: 0609 00029.500-2**

[0609 00024.500-5](#) UG : 200402 SUPERINTEND. REG. DEP. POLICIA FEDERAL-AP  
Regime : Em regularização - Entrega

[0609 00070.500-6](#) UG : 200402 SUPERINTEND. REG. DEP. POLICIA FEDERAL-AP  
Regime : Uso em Serviço Público

Cancelado por Duplicidade

[0609 00083.500-7](#) UG : 200402 SUPERINTEND. REG. DEP. POLICIA FEDERAL-AP  
Regime : Uso em Serviço Público

Cancelado por Duplicidade

**Informações extraídas em 11/08/2023 09:55****Imprimir****Secretaria do Patrimônio da União**

**Anexo XVIII - Anexo XIV - ART (34605730).pdf**



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-AP**

**ART 001 - Obra/Serviço**  
**Nº AP20240086182**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amapá**

001 - Inicial

**1. Responsável Técnico**

**JOAO VICTOR MELO COUTINHO**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **2717022708**

Registro: **311321AP**

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA**

**RODOVIA NORTE SUL, S/N**

Complemento:

Cidade: **MACAPÁ**

Bairro: **INFRAERO**

UF: **AP**

CPF/CNPJ: **00.394.494/0010-27**

Nº: **S/N**

CEP: **68908910**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 1,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**

Ação Institucional: **003 - Funcionário/ Servidor de Órgão Público (Federal, Estadual, Municipal, etc.)**

**3. Dados da Obra/Serviço**

**RUA Jonathan Bezerra**

Complemento:

Cidade: **Macapá**

Data de Início: **24/06/2024**

Previsão de término: **12/07/2024**

Finalidade:

Proprietário: **MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA**

Bairro: **INFRAERO**

UF: **AP**

Nº: **1713**

CEP: **68908862**

Coordenadas Geográficas: **0.075878, -51.069629**

Código: **Não Especificado**

CPF/CNPJ: **00.394.494/0010-27**

**4. Atividade Técnica**

14 - Elaboração

80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #TOS\_1.1.1.1 - DE ALVENARIA

Quantidade

24,00

Unidade

mes

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para o assessoramento e subsídio à fiscalização da construção da nova sede da Delegacia Regional de Polícia Federal em Oiapoque/AP.

**6. Declarações**

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Declaro estar ciente que é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público enquanto durar a execução de obras/serviços de engenharia, art. 16 da Lei 5.194/66, sob pena das cominações legais.

**7. Entidade de Classe**

000 - Não Optante

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

**JOAO VICTOR MELO COUTINHO - CPF: 054.085.275-90**

Local

data

**MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA - CNPJ:**  
**00.394.494/0010-27**

**9. Informações**

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

**10. Valor**

Valor da ART: **R\$ 99,64**

Registrada em: **03/07/2024**

Valor pago: **R\$ 99,64**

Nosso Número: **9978917726**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ap.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 003Z9  
 Impresso em: 09/07/2024 às 12:05:08 por: , ip: 200.169.33.55

